UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CENTRO JUVENIL PADRE LUDOVICO REDIN – REALEZA/PR

ANDRÉA CARLA GUIMARÃES DE MEIRA

FRANCISCO BELTRÃO – PR
2016

ANDRÉA CARLA GUIMARÃES DE MEIRA

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CENTRO JUVENIL PADRE LUDOVICO REDIN – REALEZA/PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa, Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Dra. Mafalda Nesi Francischett

FRANCISCO BELTRÃO - PR

2016

Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Unioeste – SBU

Meira, Andréa Carla Guimarães de
M514e A educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – Realeza/PR. / Andréa Carla Guimarães de Meira. – Francisco Beltrão, 2016.
100 f.

Orientadora: Profª Dra. Mafalda Nesi Francischett.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2016.

1. Educação. 2. Educação não-formal. 3. Prática de ensino. I. Francischett, Mafalda Nesi. II. Título.

CDD 20. ed. – 370.118
Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDRÉA CARLA GUIMARÃES DE MEIRA

TÍTULO DO TRABALHO: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CENTRO JUVENIL PADRE LUDOVICO REDIN – REALEZA/PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Benedita de Almeida
UNIOESTE – Francisco Beltrão

Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira
UTFPR– Pato Branco

Profª. Drª. Mafalda Nesi Francischett
Orientador – PPGEFB/UNIOESTE – Francisco Beltrão

Francisco Beltrão, 14 de março de 2016

AGRADECIMENTOS

A cada um (a) que, de maneira direta ou indireta, contribuiu para a realização desta pesquisa. Em especial aos meus pais, esposo e filhos, pelo apoio incondicional. A obtenção do título de mestre é um desafio profissional enquanto a docência no ensino superior o grande desafio profissional.

Aos meus pais e esposo, agradecimento pela companhia e cuidados com os pequenos, nos períodos em que me ausentei para aulas. A eles além do agradecimento por compreenderem a falta, fica o exemplo de que para a educação nunca é cedo ou tarde demais, nunca é pouco ou muito, há sempre uma possibilidade a ser alcançada.

Não poderia, de forma alguma, deixar de agradecer, também, àquela pessoa que soube compreender minhas ideias, focar meus objetivos, conduzir este trabalho com grande sabedoria: minha orientadora. Eu, surpreendida com uma 2ª chamada, você com a responsabilidade de orientar-me, acontecemos uma para a outra. Destaco o quanto suas orientações e conhecimento foram fundamentais para o resultado alcançado. Das nossas diferenças no campo da pesquisa e objeto de estudo, fica o aprendizado e a parceria possível entre uma doutora em geografia e uma psicóloga.

Andréa Carla Guimarães de Meira. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CENTRO JUVENIL PADRE LUDOVICO REDIN – REALEZA/ PR, 2016, 100 folhas. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação, Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão/PR, 2016.

RESUMO

A modalidade de educação não formal compõe o objeto principal desta pesquisa, desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação, na Unioeste - Campus Francisco Beltrão. Nela investigamos como ocorre a modalidade de educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin no município de Realeza – PR. Caracteriza-se como estudo de caso, que se liga aos escritos de Freire (1997), Gohn (2001 e 2010), Caro e Guzzo (2004), Fernandes e Park (2005), Cendales e Mariño (2006), Libâneo (2007), Park, Fernandes e Carnicel (2007), Ghanem & Trilha (2008) e Saviani (2013) que, em comum, consideram a educação enquanto possibilidade de transformação social. Apresentamos o campo de atuação com as especificidades e princípios fundamentais da educação formal, informal e não formal. A coleta de dados da pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com a coordenadora atual da instituição Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, com a Secretária Municipal de Educação do município de Realeza e com um psicólogo, este responsável por duas oficinas desenvolvidas na instituição e também por meio de observação *in loco*, da análise da Proposta Político-pedagógica e da descrição das principais atividades desenvolvidas no ano de 2014. Os demais dados da pesquisa foram coletados através de questionários com alunos, pais e profissionais e/ou professores do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, apontando possíveis contribuições da modalidade em educação não formal e da prática educativa no desenvolvimento dos alunos. Através da pesquisa desenvolvida estabelecemos relação entre a modalidade de educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, além de fazer constar possíveis contribuições no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação não formal, proposta educativa, prática educativa.

Andréa Carla Guimarães de Meira. THE NON FORMAL EDUCATION AND THE EDUCATIONAL PRACTICES HAPPEN AT THE PADRE LUDOVICO REDIN YOUTH CENTER IN THE CITY OF REALEZA/ PR, 2016, 100 sheets. Dissertation at the During Master Degree in Education, of the Universidade Estadual of Oeste of Paraná, Francisco Beltrão/PR, 2016.

ABSTRACT

The non formal education composes the main object of this research that has been developed during the Master Degree in Education, at Unioeste – Campus of Francisco Beltrão. It has been investigated how the non formal education and the educational practices happen at the Padre Ludovico Redin Youth Center in the city of Realeza State of Paraná. It characterizes as case study all the writings that consider the education as possibility of social transformation written by Freire (1997), Gohn (2001 and 2010), Caro and Guzzo (2004), Fernandes and Park (2005), Cendales and Mariño (2006), Libâneo (2007), Park, Fernandes and Carnicel (2007) Ghanem & Trilha (2008) and Saviani (2013). It has been presented the work field with the specifications and basic principles of formal, informal and non formal education. The data collection for the research has been dealt through semi structured interviews with the current coordinator of the institution, with the city hall education secretary and with a psychologist, who was responsible for two workshops developed at the institution as well throw the observation *in loco* of the political pedagogical proposal and the description of the main activities developed in 2014. All further data of the research were collected throw questionnaires with the students, parents and professionals and/or teachers of the Padre Ludovico Redin Youth Center, pointing out possible contributions on non formal education and the educational practice in the students development. Through the research has been established relation between non formal education and educational practice of the Youth Center, besides the possible contributions in the adolescents and children development.

Key words: Non formal education, educational proposal, educational practice.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CJPLR – Centro Juvenil Padre Ludovico Redin

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Curso de Pedagogia

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAG – Faculdade Assis Gurgacz

FAMPER – Faculdade de Ampére

FUVATES – Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social

LDBN – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

OVP – Orientação Vocacional e Profissional

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Proposta Político Pedagógica

PUC/RS – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UFG – Universidade de Goiás

UFMA – Universidade do Maranhão

UFPB – Universidade da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UNISAL – Centro Salesiano de São Paulo

UNIT – Universidade Tiradentes

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Bandeira do município de Realeza – Paraná 20
Figura 02 – Brasão do município de Realeza – Paraná 20
Figura 03 – O município de Realeza – Paraná, na década de 1980 21
Figura 04 – O município de Realeza – Paraná, no ano de 2014 21
Figura 05 – Ir. Aldo Menghi, Pe. Angelo, Pe. João Carlos 25
Figura 06 – Pe. Ludovico Redin 25
Figura 07 – Fotos da fachada externa do Centro Juvenil Pe. Ludovico Redin na década de 1980 27
Figura 08 – Figura 07 – Fotos da fachada externa do Centro Juvenil Pe. Ludovico Redin na atualidade 27
Figura 09 – Alunos matriculados no CJPLR ano de 2014 66
Figura 10 – Apresentação dos alunos matriculados no CJPLR ano de 2014 66
Figura 11- Musical A Fantástica Fábrica de Chocolates – abril de 2014 – cena 01 69
Figura 12 – Musical A Fantástica Fábrica de Chocolates – abril de 2014 – cena 02 69
Figura 13 – Musical Enrolados – agosto de 2014 – cena 01 70
Figura 14 – Musical Enrolados – agosto de 2014 – momento final 70
Figura 15 – Musical Malévola – dezembro de 2014 – cena 01 71
Figura 16 – Musical Malévola – dezembro de 2014 – cena 02 71
Figura 17 – Apresentação artes circenses 2014 – Pirofagia 73
Figura 18 – Apresentação artes circenses 2014 – Malabares 73
Figura 19 – Grupo de Patinação 2014 75
Figura 20 – Apresentação do grupo de patinação ano 2014 75
Figura 21 – Projeto Orientação Vocacional: visita à Secretaria de Saúde 78
Figura 22 – Projeto Orientação Vocacional: visita à Secretaria de Administração 78
Figura 23 – Visita Faculdade FAMPER – Ampére – Paraná 79
Figura 24 – Visita a FAG – Cascavel – Paraná 79
Figura 25 – Projeto Conduta e Cidadania – Palestra Escola Municipal Santo Antônio 81
Figura 26 – Projeto Conduta e Cidadania – Palestra Escola Municipal Menino Jesus 81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dados da busca no Banco de Teses – CAPES 61
Quadro 02 - A proposta em educação não formal e a prática educativa do CJPLR 83
Quadro 03 – Alunos matriculados no CJPLR em 2015 85
Quadro 04 – Contribuições para o aprendizado 86
Quadro 05 – Perfil quantitativo dos sujeitos da pesquisa 87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

I – O CASO DO CENTRO JUVENIL Pe. LUDOVICO REDIN (CJPLR) NO MUNICÍPIO DE REALEZA - PARANÁ 18

1.1 - O município de Realeza – Paraná 18
1.2 – Educação no município de Realeza – Paraná 22
1.3 - Aspectos históricos do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin 24
1.4- A Proposta Político Pedagógica (PPP) do CJPLR 28

II - A EDUCAÇÃO E SUAS INTERFACES 32

2.1 - O significado da educação 32
2.2 – Educação e o desenvolvimento do sujeito 38
2.3 - Modalidades de educação 40
2.4 – Ações educativas e suas interfaces 44
2.5 – Apontamentos sobre a terminologia 46
2.6 – A educação não formal: aspectos históricos, teóricos e práticos 53
2.7 – A educação não formal e pesquisas científicas 60

III – A PRÁTICA EDUCATIVA NÃO FORMAL NO CJPLR E O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS 65

3.1 – Atividades desenvolvidas no ano de 2014 e suas relações com a proposta em educação não formal no CJPLR 65
3.2 – Os musicais do CJPLR no ano de 2014 67
3.3 – As oficinas desenvolvidas no CJPLR no ano de 2014 72
3.4 – As relações estabelecidas 82
3.5 – Perspectivas de desenvolvimento dos alunos que frequentam o CJPLR..... 84

CONSIDERAÇÕES 90

REFERÊNCIAS 92

APÊNDICES 94

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa tem como pressuposto inicial o fato do seu objeto estar baseado na dúvida e na inquietação por parte do próprio pesquisador bem como ter relevância social e ser realização pessoal e profissional. Sem precisar com exatidão o momento, foram realizadas leituras que oportunizaram conhecimentos quanto à modalidade de educação não formal. Assim, ela é resultado do desenvolvimento de novas propostas de educação, que surgem e objetivam também a transformação social, desse modo, procuramos identificar o contexto no qual a modalidade de educação não formal acontece.

Afirmam Park, Fernandes e Carnicel (2007) que a educação não formal é um campo em constituição, passível de compreender o que vem a ser educação não formal, através do estudo e descrição de ações práticas em instituições, considerando que tais ações acontecem mesmo antes do estabelecimento de uma nomenclatura específica.

Por um tempo atuando na Secretaria de Assistência Social e Educação, no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Realeza – Paraná, foi-nos possível observar programas sociais e educacionais, desenvolvidos além do contexto escolar que buscavam, em comum, oportunizar, de modo diferente, a educação de crianças e de adolescentes, pressupondo ser esta capaz de mudar sua realidade. Desse modo, uma das primeiras inquietações da autora surgiu como uma tentativa de relacionar estes programas sociais e educacionais com a modalidade educação não formal.

Entender quais são os objetivos e características da modalidade de educação não formal tornou-se objeto desta pesquisa, assim, dentro do percurso profissional, que ocorreu uma questão relevante, a partir da observação das atividades desenvolvidas no Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – CJPLR, no município de Realeza – Paraná, com destaque para: oficina de teatro, patinação, artesanato e artes circenses. As atividades desenvolvidas nas oficinas de teatro, patinação e artes circenses, apresentadas pelos alunos da instituição, em alguns eventos culturais no município e em algumas cidades próximas, despertavam na comunidade local, de modo mais evidente, interesse e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido bem como um movimento de resgate no que diz respeito aos aspectos culturais do município.

Percebemos um olhar diferente por parte da comunidade local para o Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, que surpreendia a cada apresentação de musical, patinação e artes circenses. A instituição, ao surgir, visava atender crianças carentes e em situação de

vulnerabilidade social; frequentemente era descrita pela comunidade como instituição na qual estavam matriculadas crianças e/ou adolescentes "problemas" que, através de atividades de contra-turno escolar, ocupavam o tempo ocioso e ficavam longe das ruas.

Partimos de um movimento discreto e buscamos, por intermédio de conversas informais com educadores e atuantes na instituição, informações quanto à modalidade educativa ali desenvolvida. No entanto não obtivemos respostas quanto às possíveis relações entre a proposta educativa em educação não formal e a prática educativa desenvolvida no Centro Juvenil Padre Ludovico Redin.

Esta pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação – PRPPG – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, tem como objeto de pesquisa a caracterização da modalidade de educação não formal como prática educativa, buscando compreender a possível relação com a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin e a importância no desenvolvimento da criança e/ou adolescente frequentador da instituição. Assim, procuramos averiguar e indicar as relações existentes entre a proposta educativa em educação não formal e a prática educativa do CJPLR, analisando as possíveis contribuições para o desenvolvimento pessoal da criança e/ou adolescente frequentador da instituição.

Considerando que a prática educativa desenvolvida no Centro Juvenil Padre Ludovico Redin é uma proposta na modalidade de educação não formal, pretendemos responder: 1) Quais são as atividades desenvolvidas na prática educativa do CJPLR? 2) Que atividades estão relacionadas com a proposta da modalidade de educação não formal? 3) Quais as possibilidades no desenvolvimento do sujeito que frequenta o CJPLR?

Quanto à metodologia para atingir os objetivos da pesquisa qualitativa, realizamos revisão bibliográfica sobre as concepções de educação, nas modalidades de educação formal, informal e não formal. Na modalidade de educação não formal, a atenção foi maior para os aspectos históricos, teóricos e práticos; buscamos compreender esta modalidade e suas relações com o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes.

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, afirma a autora, o pesquisador deve ir a campo para captar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas e considerar os pontos de vista relevantes. Para tal, vários dados são coletados e analisados para esclarecer a

dinâmica do fenômeno.

Para Godoy (1995), o estudo qualitativo pode ser conduzido através de caminhos diferentes: - a pesquisa documental; - o estudo de caso e a etnografia. Interessa-nos a definição de estudo de caso, que se caracteriza como um tipo de pesquisa detalhada de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular. O estudo de caso, tem-se tornado a estratégia preferida para responder, como e por que determinados fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais que só poderão ser analisados dentro de algum contexto da vida real.

A coleta de dados foi realizada através da pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas; num primeiro momento, foi com três sujeitos: a coordenadora local da instituição; a secretária de Educação do município de Realeza – PR e o psicólogo responsável pelas oficinas desenvolvidas no CJPLR. Houve observação *in loco*, análise da Proposta Político-pedagógica da instituição e do acervo particular como as revistas e as matérias de jornais, que serviram como subsídio na caracterização da instituição e sua prática educativa.

Foram trabalhados questionários com todas as crianças e/ou adolescentes frequentadores, com seus pais e com os profissionais/professores do CJPLR. Nesta fase os sujeitos da pesquisa foram: 48 (quarenta e oito) entre crianças e/ou adolescentes matriculados no ano de 2015; seus pais (família) e 14 (catorze) funcionários do CJPLR. Os questionários foram sistematizados e analisados, quantitativamente e qualitativamente objetivando demonstrar que contribuições houve no desenvolvimento dessas crianças e/ou adolescentes. A pesquisa com a equipe de profissionais do CJPLR serviu para análise das perspectivas que sustentam, enquanto instituição, no desenvolvimento de crianças e/ou adolescentes bem como o conhecimento da prática educativa desenvolvida.

Park, Fernandes e Carnicel (2007) mencionam que, no Brasil, estudos na área da pedagogia têm voltado especialmente ao sistema formal de educação, implicando o desconhecimento da área e a falta de interesse do setor educacional em estudar e pesquisar o que não é formal. Por ser um campo não inteiramente assumido pela Pedagogia, as atividades vêm sendo exercidas também por profissionais de outras áreas, tais como: psicologia, assistência social, terapia ocupacional, ciências sociais, educação artística, educação física, artes e outros. Dedicamos parte deste tópico para análise de dados referentes à pesquisa científica em educação não formal. Para tanto, realizamos o levantamento por meio do banco

de teses e dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Dessa forma, o primeiro capítulo, apresenta dados históricos e atuais, sobre o município de Realeza, com ênfase em seus os aspectos educacionais. A caracterização institucional do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, no qual a prática educativa observada e descrita está compreendida no recorte temporal do ano de 2014. Neste capítulo, apresentamos algumas imagens do município, dos padres Cavanis envolvidos na fundação do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin bem como fotos de momentos das apresentações musicais, patinação, artes circenses e oficinas de psicologia, objetivando com isso levar maior conhecimento do município e da prática educativa desenvolvida na instituição.

A instituição Centro Juvenil Padre Ludovico Redin teve sua origem, aproximadamente, 10 (dez) anos após a fundação do município, acompanhando evolução cultural e social da pequena cidade, ou seja, CJPLR iniciou suas atividades na década de 1980 preocupado com questões sociais, e justificou sua necessidade para atendimento de crianças e adolescentes em caráter complementar e articulado com escola e família.

Segundo Godoy (1995), o estudo de caso tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso. A observação realizada foi não participante, ou seja, considerando Godoy (1995), quando o pesquisador atua apenas como espectador atento, baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, procurando registrar o máximo de ocorrências que interessam ao trabalho.

O segundo capítulo apresenta concepções de educação através dos escritos de Brandão (2007), Freire (1979), Caro e Guzzo (2004), Ghanem e Trilla (2008), Gohn (2001), Libâneo (2010), Park e Fernandes (2005), Park, Fernandes e Carnicel (2007) e Saviani (2009 e 2013), como subsídios para compreensão da educação em seu modo mais abrangente, enquanto possibilidade transformadora da sociedade.

Com intuito de apresentar as modalidades de educação formal, informal e não formal, o referencial teórico, considera os autores, Ghanem e Trilla (2008), Gohn (2001 e 2010), Libâneo (2007), Park e Fernandes (2005) e Fernandes, Park e Carnicel (2007). Algumas relações emergem destes escritos, na busca em estabelecer critérios para definição e elucidação das propostas educativas, em seus princípios norteadores e características

principais.

O terceiro capítulo tem o objetivo de estabelecer relações entre a proposta em educação não formal e a prática educativa desenvolvida na instituição Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – CJPLR. Apresentamos algumas categorias para reflexão e análise a partir dos dados obtidos nos documentos, entrevistas e questionários e na relação com estudos teóricos.

Elaboramos questionários que foram respondidos pelos alunos, pais e profissionais/professores do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin com objetivo de analisar as contribuições que a modalidade de educação não formal e a prática educativa do CJPLR proporcionam em prol do desenvolvimento dos participantes. Os demais questionários foram subsídios para compreendermos quais as expectativas de alunos e pais ao optarem pela frequência no CJPLR.

No que diz respeito à educação não formal foi revelado um movimento incessante a cada nova leitura, a cada novo texto, através dos livros, artigos, entre outros, que impediram por vezes, enxergar o encerramento da pesquisa. Nessa perspectiva, optamos por caracterizar a educação não formal, enquanto prática educativa desenvolvida através das atividades do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, com destaque para as possibilidades e a importância do desenvolvimento de crianças e/ou adolescentes, considerando a educação como possibilidade de mudança pessoal e social.

I – O CASO DO CENTRO JUVENIL Pe. LUDOVICO REDIN (CJPLR) NO MUNICÍPIO DE REALEZA – PARANÁ

Este capítulo foi desenvolvido com objetivo de apresentar o contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida; para tanto, dados históricos e educacionais do município de Realeza – PR e da instituição CJPLR, são apresentados.

1.1 – O município de Realeza – Paraná

O município de Realeza – PR, no ano de 2015, completou 52 anos de emancipação. O CJPLR, de características sociais, com atendimento de crianças e adolescentes, em caráter complementar e articulado com escola e família, está presente nesse contexto histórico há 37 anos.

O município de Realeza, segundo Neis (1995) localiza-se na região Sudoeste do estado do Paraná. Sua colonização iniciou em meados dos anos 1950 e foi palco de várias intervenções e disputas políticas, sociais e jurídicas, que visavam à posse da terra fértil rica em matérias primas e na exploração da erva-mate pelos paraguaios, Dom Lucca e João Romero.

Neis (1995) relata que, na década de 1950, iniciava-se ocupação e colonização humana de pequenas proporções. Ao contrário de outras regiões, o Sudoeste foi colonizado por livre e espontânea coragem de homens e mulheres provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, mesclas dos imigrantes italianos (conhecidos por sua vocação agrícola, índole empreendedora e hábitos gregários) com os nativos do Rio Grande do Sul (famosos por sua lida com o campo e grandes pastagens, vocabulário próprio e hábitos nômades), cuja economia foi marcada pelo extrativismo (caça, pesca e extração vegetal), juntamente com a pecuária suína.

Naquela época, havia, no território de Realeza, duas pequenas serrarias; o extrativismo da madeira era em pequena escala, pois não havia maquinário adequado. Segundo Neis (1995), por volta de 1958, Bruno Zuttion chegou ao território do município de Realeza que, na época, pertencia a Ampére.

Já se encontravam instaladas as famílias de Henrique Claudino dos Santos, Luiz Claudino dos Santos (Popular Dama), Frazio dos Santos, Zacarias de Leandrino, João Maria Pinto, Sétimo Dal Cortivo, Miguel Muller e Damazio, entre outras. Bruno Zuttion adquiriu uma área de 150 alqueires da família de Henrique e Luiz Claudino dos Santos (Dama), onde hoje é o centro da cidade, e negociou com industriais do Rio Grande Sul para colocarem uma grande indústria extrativa de madeira, dando início à fundação da cidade.

A extração de madeira tornou-se possível com a chegada do industrial Rubem Cesar Caselani que, em sociedade com Romano Zanchet e Angelo Camilotti, instalaram a madeireira – Indústrias Cazaca Ltda, que iniciou suas atividades em meados de 1961.

Atraídos pela riqueza da terra, pelo extrativismo vegetal e também pelos preços facilitados dos terrenos e da madeira para construção, começaram a chegar à região inúmeras famílias. Em meados da década de 1960, segundo Neis (1995), foram instaladas as primeiras empresas em Realeza, entre essas: a) a primeira casa comercial, de Sirval Manfrói; b) o primeiro hotel, de Lauro Rodrigues; c) a primeira rodoviária, de João da Silva (Jango); d) a primeira casa de Ferragens, de Arnolfo Umann; e) a oficina mecânica, de Nelson Abreu; f) o contador Luiz Sérgio Sassi; g) o farmacêutico Adão Faedo e outros comerciantes e prestadores de serviço.

No dia 17 de junho de 1961, foi realizada a primeira Missa, celebrada pelo Padre Arthur Vangel, da Paróquia Nossa Senhora da Glória, do município de Francisco Beltrão, em um altar improvisado na carroceria de um caminhão de propriedade de Lotário Rippel. A criação e instalação da Paróquia Cristo Rei ocorreu, respectivamente, em 12 e 29 de abril do ano de 1964.

Em 1962 a empresa Cazaca, que funcionava graças a uma pequena usina hidrelétrica, aproveitava queda de água, fornecendo também iluminação aos moradores e ao comércio local até o ano de 1970, quando da instalação da COPEL. Neste local foi instalada uma fábrica de celulose, de vida efêmera.

Com elevação do território a distrito, em 7 (sete) de março de 1962, através de requerimento do vereador Bruno Zuttion apresentado na Câmara de Vereadores de Ampére, a população já sonhava com emancipação, acreditando que isso traria grandes benefícios para áreas deficitárias como a saúde, o abastecimento e a educação.

Segundo Neis (1995), uma comissão pró-emancipação repassou para Arnolfo Umann, em janeiro de 1962, os documentos necessários para emancipação do município, entregues ao Deputado Cândido Machado de Oliveira Neto.

Na sessão da Assembléia Legislativa do dia 11 de janeiro de 1962, o Deputado Cândido Machado apresentou o projeto de emancipação que lhe fora entregue por Umann. No entanto, somente em 24 de junho de 1963 foi sancionada a Lei Estadual nº 4.728/63, emancipando o município.

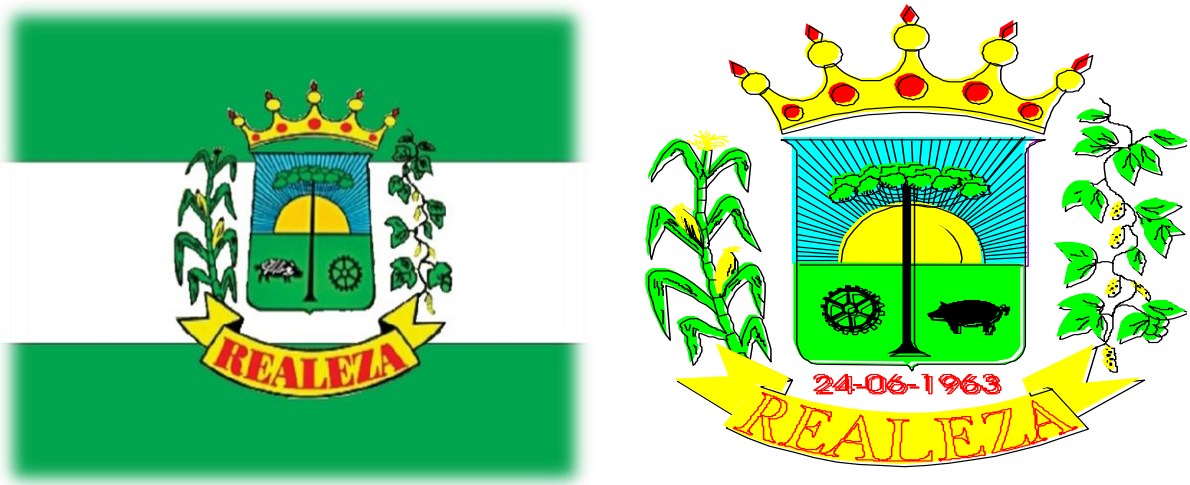
A posse e a instalação do município ocorreu na data de 12 de novembro de 1963, após as primeiras eleições municipais, com a posse dos eleitos e do ato oficial (Paço e Câmara) que

aconteceu na cidade de Planalto – Paraná, na presença do Juiz da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste – Paraná. Surgiram as primeiras obras e serviços públicos em 12 de novembro de 1963.

A nomenclatura do município foi possível através da votação de nomes, na qual a maior referência foi quanto à exuberância da floresta de pinheirais existentes na região, o *Phynus Araucária Angustifólia* (Araucária do Paraná). Passando o distrito a ser chamado de Realeza do Pinho.

Após emancipação, passou a ser somente Realeza. Em 1968, através da Lei Municipal nº 116/68, foram instituídos os símbolos do Município compostos pelo Escudo (ou Brasão), a Bandeira e o Hino, conforme as figuras 01 e 02.

Figura 01 e 02: Bandeira e Brasão do Município de Realeza.



Fonte: NEIS, Renato Álvaro. 1995: p. 133 e 134.

Na década de 1970, a população de Realeza somava 16.737 habitantes, dos quais 80% concentravam-se na área rural. Com o passar dos anos, a população começou a migrar para o centro urbano, chegando, no ano 2000, de acordo com os dados do IBGE, a representar 62% de concentração na área urbana, de um total de 16.031 habitantes. De acordo com IBGE (2014), foi contabilizado um total de 15.809 habitantes.

As fotos a seguir são da década de 1980 e ano de 2014 e objetivam ilustrar o desenvolvimento da cidade descrito até o momento.

Figura 03: O município de Realeza – Paraná, na década de 1980.

Fonte: Prefeitura Municipal de Realeza – Secretaria Municipal de Educação (arquivo).

Figura 04: O município de Realeza – Paraná, no ano 2014.

Fonte: Prefeitura Municipal de Realeza – Secretaria Municipal de Educação (arquivo).

1.2 – A educação no município de Realeza – Paraná

O presente tópico tem como objetivo apresentar os aspectos educacionais do município de Realeza – Paraná, através de dados históricos e atuais, além de dados extraídos do Plano Municipal de Educação (PME) construído a partir das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano Municipal de Educação 2015, apresentado na sequência, trata dos aspectos educacionais da pequena cidade do Sudoeste do Paraná.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014) foi aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e tem vigência até 25 de junho de 2024. As características tornam-no diferente dos planos anteriores. Com adequações, o Plano Municipal de Educação (PME) vigente, aprovado em 2008 para atender uma exigência constitucional ele deve estar em sintonia com o atual PNE já que é no território do município que as metas nacionais se concretizam.

> O grande desafio foi construir um Plano Municipal de Educação em torno de cada uma das 20 metas estabelecidas no PNE, o que exigiu um trabalho organizado que envolveu levantamento de dados e informações, estudos, análises, consultas públicas e decisões na busca do alinhamento e consonância dos planos nacional, estadual e municipal de forma que houvesse uma combinação de metas em todas as esferas e, cujo objetivo é a garantia do direito à educação com equidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 08).

O PME explicita, em seu texto, que todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes nele, ressalta para o que vai além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura Municipal. Pressupõe que o trabalho deve envolver a todos, assegurando qualidade na construção das decisões que vincularão projeto educacional com projetos de desenvolvimento local.

> O PME terá a responsabilidade de conciliar as necessidades e as capacidades educacionais levando em consideração a trajetória histórica e a perspectiva de futuro do município. Fica evidente, portanto, que é preciso conhecer bem o cenário atual para projetar o futuro com base em decisões coerentes. Nesse contexto, é necessário que o PME seja articulado aos demais instrumentos de planejamento para que possa ser apoiada técnica e financeiramente ao longo da década (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 08).

Neis (1995) destaca, no histórico da educação no município de Realeza que, em fevereiro de 1965, houve a criação do Curso Ginasial e da Escola Castro Alves, atual Escola Dom Carlos Eduardo. Em 29 de março de 1964, foi criada a Escola Normal Cândido Machado de Oliveira Netto, atual Colégio Estadual Doze de Novembro.

Em 15 de fevereiro de 1968, foram criadas as primeiras escolas municipais, Ensino Fundamental I. Em 28 de março de 1976, foi inaugurada sede própria da Escola Estadual Dom Carlos Eduardo, Ensino Fundamental II, que, até então, funcionava junto à Escola Normal, hoje Colégio Estadual Doze de Novembro – Ensino Médio.

Na zona rural, havia 14 Escolas Rurais Municipais isoladas que, em 1964, iniciaram o ensino das primeiras letras aos filhos dos agricultores. Naquele ano, também foi instalada a Inspetoria Estadual de Ensino.

> Devido à alta concentração da população de Realeza na área rural, muitas escolas foram sendo criadas para suprir as necessidades de estudo dos filhos destas famílias. Mas, com o passar do tempo, muitas famílias migraram para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida, diminuindo a demanda de alunos. Em virtude disso, muitas escolas do campo foram desativadas (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 19).

Em 20 de julho de 1980, a Escola Municipal Juscelino Kubitscheck, criada em 1977, teve novo espaço inaugurado, modificado com ampliação e melhorias recebidas ao longo dos anos, atendendo também, alunos do Colégio Estadual João Paulo II, Ensino Fundamental II.

O PME (2015) destaca que foram desativadas 45 (quarenta e cinco) escolas no período que compreende os anos de 1974 a 1999. Atualmente, a rede de ensino (pública e particular) é composta por 20 (vinte) instituições de ensino, das quais: - 12 (doze) pertencem à rede municipal de Ensino Fundamental I; - 6 (seis) à rede estadual de ensino, sendo 3 (três) com Ensino Fundamental II e 3 (três) com Ensino Fundamental II e Médio; - 2 (duas) à rede privada, uma com Ensino Fundamental I e II, outra com Ensino Fundamental I, II e ensino Médio; - 2 (duas) instituições de Ensino Superior; uma particular, que oferece dois cursos superiores, e outra pública federal, que oferece seis cursos superiores.

No PME (2015) são apresentados detalhadamente os níveis de ensino no contexto municipal: a) educação básica, que compreende a Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II; b) Ensino Médio; c) Ensino Superior. Destaca como modalidades de ensino: educação de jovens e adultos; educação a distância; educação tecnológica e formação profissional; e educação especial.

Observamos que o PME (2015) não faz menção ao Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, enquanto instituição/entidade e/ou modalidade de ensino/educação. Diante de tal fato, procuramos a Secretária Municipal de Educação e, por meio de entrevista semiestruturada, buscamos algumas informações quanto às especificidades do CJPLR, as quais apresentamos a seguir.

Segundo a secretária municipal de educação, o Centro Juvenil Padre Ludovico Redin constitui um projeto educacional social, por meio de ações socioeducativas. Ela definiu a instituição como entidade filantrópica e de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

O fato de não aparecer no PME/2015 foi uma pergunta que ficou no ar, sem resposta, havendo reconhecimento por parte da secretária da necessidade de acréscimo do Centro Juvenil Padre Ludovico, como projeto socioeducativo, no Plano Municipal de Educação. No entanto, desconhece quais os procedimentos legais para inserção imediata, ou na próxima edição do Plano Municipal de Educação.

1.3 – Aspectos históricos do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin oferece ações de apoio, acompanhando avanços e perspectivas, tanto sociais como educacionais, no campo social e educacional, visando à inclusão social, formação e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Assim, o presente tópico tem como objetivo apresentar alguns aspectos históricos do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin.

O inchaço populacional da cidade de Realeza, principalmente após a instalação da indústria Parquet Itaipu, trouxe alguns agravantes nas questões sociais. De acordo com Neis (1995), inexistiam, entre os anos de 1970 e 1980, programas de transferência de renda, ações e/ou programas governamentais de proteção à família, à infância e à adolescência. Nessa época, ainda não havia nenhuma creche no município.

Nesse período, teve início em Realeza uma das mais importantes mobilizações da sociedade, mais precisamente, aos 16 dias do mês de junho, reuniram-se famílias realezenses ligadas à Paróquia Cristo Rei e os Padres Cavanis; estes tinham o lema acolher, proteger e educar. Considerando os interesses em comum, iniciou-se um trabalho com famílias carentes, prestando vários tipos de assistência.

Desse modo, a partir de iniciativa da Igreja Católica, foi criada, no ano de 1978, no município de Realeza – Paraná, a primeira instituição para atendimento de crianças e/ou adolescentes. Denominado inicialmente, de Promoções Humanas Cristo Rei, realizava suas atividades fora do contexto escolar, tinha caráter beneficente, de assistência social, sem fins lucrativos e econômicos, de proteção à infância e à adolescência. Os idealizadores foram Irmão Aldo Menghi e Padre Ludovico Redin, esse primeiro pároco no município de Realeza.

Na data de 01/01/1980, a entidade denominada de Promoções Humanas Cristo Rei assumiu a tarefa de cuidar de crianças. Assim, inicia as atividades da instituição Casa da Criança Padre Ludovico Redin, em regime de creche. Recebeu inicialmente, crianças de até 6 (seis) anos de idade. Com o passar do tempo, contou com apoio da sociedade para sua manutenção e funcionamento, passou a atender uma demanda maior, não somente de crianças, mas também de adolescentes. Nessa etapa, eram oferecidas atividades relacionadas ao desenvolvimento motor, escolar e também integração, com atividades artísticas e laborais.

Conforme consta na Revista Cavanis (2012), no ano de 1980, pela necessidade de atuar junto às crianças carentes, foi ampliado o atendimento da Casa da Criança Padre Ludovico Redin e que chegou a atender 70 crianças, na faixa etária de 07 a 11 anos. Durante o ano de 1988, foi realizada em terreno da municipalidade, a construção predial da então Casa da Criança Padre Ludovico Redin, reconhecida, na época, como ONG (organização não governamental). Até então era utilizado o espaço do Centro Social, popularmente conhecido como "Vaticano", que também servia de moradia para o Padre Ludovico Redin. As imagens a seguir, são respectivamente dos Padres Cavanis e do Padre Ludovico Redin, idealizadores da instituição.

Figura 05 e 06: Fotos de Irmão Aldo Menghi, Pe. Angelo, Pe. João Carlos e Pe. Ludovico Redin.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, arquivo do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin década de 1980.

Conforme consta na Revista Cavanis (2012), o Centro Juvenil Padre Ludovico Redin mantém, desde o ano de 2007, status de entidade filantrópica de utilidade pública, com registro no CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (antigo certificado de fins filantrópicos).

O recurso financeiro para o custeio vinha das transferências de convênio com o município, que arcava com as despesas de folha de pagamento, água, luz, telefone, entre outras. Havia convênio federal para custeio de material de consumo, e as demais despesas custeadas através de promoções feitas pela diretoria da entidade.

A partir do ano de 2007, com a presença do Executivo Municipal, através de comodato, a gestão da então Casa da Criança foi alterada bem como sua clientela. As crianças de idade pré-escolar, foram transferidas para os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS). A Secretaria Municipal de Educação, assume gestão do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, enquanto entidade filantrópica, nos termos da Lei Municipal nº 1.144/2008 de 22 de janeiro de 2008, que enfatiza para o projeto pedagógico, continuando de utilidade pública, de execução direta, ou seja, gestão governamental do município, articulado com a rede de atendimento à criança e ao adolescente do município, prevista na Lei Federal nº 8.069/90, "art. 90, II, como ação socioeducativa, de meio aberto, complementar à escola e família" (REVISTA CAVANIS, 2012, p. 07).

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin iniciou suas atividades, no ano de 2008, como entidade filantrópica. Substituiu e sucedeu a Casa da Criança, integrando a rede de atendimento à criança e adolescente do município, das faixas etárias entre 10 e 17 anos e/ou do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Há também, casos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, devido ao recorte etário, ação socioeducativa, de meio aberto, complementar à escola e à família.

Segundo a Secretária Municipal de educação, a Promoções Humanas Cristo Rei é uma entidade não governamental, de pessoa jurídica, com diretoria própria, em que o pároco da Igreja Católica assume a presidência e os demais membros são distribuídos entre as secretarias municipais e funcionários da instituição. Cabe destacar que a pessoa jurídica enquanto entidade, é a Promoções Humanas Cristo Rei; as nomenclaturas Casa da Criança Padre Ludovico Redin e posteriormente Centro Juvenil Padre Ludovico Redin compõem o nome fantasia da instituição.

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin não alterou sua Proposta Político-pedagógica (2001). Manteve como finalidade ser um projeto social, em que se trabalha a expressão artística, a socialização e o desenvolvimento integral como ação complementar à escola e à família. As fotos abaixo representam momentos distintos da fachada da instituição, um na década de 1980, ainda enquanto Casa da Criança Padre Ludovico Redin, e o atual Centro Juvenil Padre Ludovico Redin.

Figura 07 e 08: Fotos da fachada externa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – CJPLR na década de 1980 e na atualidade.

Fonte: Arquivo CJPLR – Revista Cavanis 2012.

A até então Casa da Criança Padre Ludovico Redin adotou novo estatuto, aprovado em 16 de dezembro de 2010, com novos objetivos e finalidades no apoio e defesa de direitos, de crianças e adolescentes. Segundo a Revista Cavanis (2012), o Centro Juvenil Padre Ludovico Redin assume a missão dentro da atual realidade socioeconômica e cultural, exigências legais, dinâmicas e metodologias para proteção, educação e desenvolvimento integral da criança e adolescente em sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

Aos poucos, a comunidade realezense vai conhecendo e vislumbrando as apresentações dos trabalhos do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, através das apresentações de artes circenses, praça da alegria, judô, dança, teatro, patinação, entre outras, sendo reconhecido pelos espetáculos musicais, resgatando a cultura teatral no município.

Cada espetáculo musical, apresentado até o ano de 2015, contou com aproximadamente 100 a 150 crianças e adolescentes, contando com um público de 500 a 600 pessoas, que lotavam a Casa da Cultura de Antônio Baccin de Realeza. E reprise das apresentações, atinge um número ainda maior de espectadores. Os musicais apresentados, entre os anos de 2012 a 2014 foram: O Rei Leão, A Bela e a Fera, Corcunda de Notre Dame, Hércules, Espetáculos de Natal e Tarzan.

De acordo com a Revista Cavanis (2012), o Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, ao longo dos anos, construiu sua identidade, acompanhou os movimentos históricos, culturais e sociais, reafirmando-se como projeto social de caráter socioeducativo.

1.4 – A Proposta Político-pedagógica (PPP) do CJPLR

O primeiro contato com a instituição CJPLR para levantamento de dados e apresentação da pesquisa deu-se no mês de fevereiro do ano de 2014. Realizamos entrevista semiestruturada com a coordenadora local e foi-nos disponibilizada a Proposta Político-pedagógica – PPP (2001), da qual apresentamos alguns tópicos da prática educativa do CJPLR.

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin possuí uma coordenação local que responde à Secretaria Municipal de Educação e suas despesas são custeadas pela Prefeitura Municipal. Sua diretoria inclui pessoas da sociedade civil e outras entidades, como a Igreja Católica, para as quais também foi esclarecido quanto à pesquisa desenvolvida.

A atual gestão da Promoções Humanas Cristo Rei – 2014/2016 tem como presidente o pároco responsável pela Igreja Católica no município de Realeza. Os demais membros da diretoria são do quadro de funcionários da prefeitura municipal, funcionários da instituição, membros do Conselho Tutelar, pais de alunos e algumas entidades da sociedade civil.

A educação preconizada na Proposta Político Pedagógica do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin (2001) define-se como um programa de educação informal, pois visa à promoção de atividades educativas para crianças e/ou adolescentes oriundos de classes trabalhadoras, propondo ação complementar à da família e à da escola, dirigida a crianças e adolescentes na faixa etária entre 07 e 17 anos, em período contrário ao escolar. As atividades são desenvolvidas com objetivo de possibilitar discussão e maior entendimento do significado de cultura no processo de formação do cidadão (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

O desenvolvimento das atividades é proposto em dois períodos: - pela manhã: das 8h às 11h e 30min; - tarde: 13h e 15min às 17h e 15min. Prevê também, desenvolvimento de um programa de extensão comunitária, fora do horário de trabalho institucional com crianças e adolescentes, envolvendo atividades educativas, artísticas, de lazer, de produção e de organização comunitária.

Na rotina, inclui a oferta diária de: café da manhã, lanche da manhã, almoço e lanche da tarde, além de 25 horas/aula (semanais) na forma de oficinas: de teatro, conhecimento, informática, esporte, artesanato, culinária, violão, dança, artes marciais, patinação, arte circense. A brinquedoteca recebe visitação dos centros municipais de educação infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental I.

A coordenadora atual da instituição não participou do processo de elaboração e

implementação da Proposta Político-pedagógica. Quando questionada, não soube informar quais foram os critérios utilizados para definição do programa como informal, admitindo pouco conhecimento quanto às terminologias e características das modalidades de educação não formal e/ou informal.

A Proposta Político-pedagógica, elaborada no ano de 2001 descreve atendimento à criança e/ou adolescente com objetivo de proporcionar mudança nas condições sociais. Elaborada para nortear a prática educativa, abre possibilidades de discussão e maior entendimento do significado da cultura no processo de formação do cidadão, dos princípios que direcionam o trabalho pedagógico no interior do CJPLR e do encaminhamento metodológico em cada área de trabalho.

A matrícula de crianças e/ou adolescentes no CJPLR é feita mediante o preenchimento de um formulário próprio, com dados pessoais do aluno e responsáveis bem como declaração de matrícula no Ensino Fundamental II, comprovante de residência e carteira de vacinação.

A PPP em seu texto, questiona a visão tradicional dos programas assistenciais e propõe-se a procurar a superação da ação compensatória que fundamenta a maioria das propostas vigentes.

> As atividades assistenciais voltadas à infância têm, muitas vezes, apenas contornado as carências advindas do presente quadro de miséria social. Medidas paliativas, se por um lado, são necessárias para garantir condições mínimas de sobrevivência a crianças e adolescentes, por outro lado, aparecem como insuficientes para a superação dos problemas que geram a pobreza e o abandono das gerações mais jovens (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 03).

As atividades no Centro Juvenil Padre Ludovico Redin são desenvolvidas a partir de grupos de interesse/atividades, e estar integradas a um projeto pedagógico articulado, que envolve: reforço escolar, oficina de artes, oficina de literatura, oficina de lazer e oficina de iniciação profissional.

O programa de extensão comunitária complementa as atividades desenvolvidas no Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, uma vez que, em horário além do institucional, são proporcionadas atividades educativas, artísticas, de lazer, de produção e de organização comunitária. Em tais atividades, estão envolvidas a participação dos alunos com a sociedade, através de suas apresentações e outras contribuições, por exemplo, campanhas de enfrentamento do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Especificamente, são realizadas as seguintes atividades, com seus respectivos propósitos.

a) Reforço escolar: trata-se de um programa educativo que visa a complementar a ação da escola. São desenvolvidas atividades de orientação na realização de tarefas escolares, identificação da criança e/ou adolescente no processo de aprendizagem, incentivando o hábito de estudo, estimulando o educando a adquirir autonomia na realização dos trabalhos escolares;

b) Oficina de artes: espaço destinado às atividades artísticas, com o objetivo de desenvolver no aluno sua competência estética e artística nas diversas modalidades na área de arte visuais, dança, música, teatro;

c) Oficina de literatura: objetiva democratizar o ensino, a cultura e a informação, com a utilização de recursos múltiplos para atender a preferência e necessidades individuais e sociais, dividindo com a escola a responsabilidade pela difusão da leitura e pela consolidação do gosto pelo livro;

d) Oficina de lazer: são atividades trabalhadas na perspectiva da educação corporal, abrange elementos da cultura corporal, combinados de forma a motivar participação da criança e/ou adolescente para o desenvolvimento motor, educar para o tempo livre e propiciar a aquisição do conhecimento sistematizado nas áreas do esporte, recreação e ginástica;

e) Oficina de iniciação profissional: propicia meios de ocupação mediante cursos de computação, marcenaria, culinária, serigrafia e outros, com objetivo de qualificar e preparar o adolescente para o mundo do trabalho;

f) Programa de extensão comunitária: um equipamento social à disposição da comunidade para o desenvolvimento de um trabalho integrado de educação e cultura.

Considerando que a Proposta Político Pedagógica tem como objetivo nortear a prática educativa do CJPLR, destacamos as principais atividades desenvolvidas no ano de 2014. Faz-se importante ressaltar que será observado no texto alteração de algumas terminologias como, por exemplo, criança e/ou adolescentes serão chamados de alunos, os responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas são chamados de professores.

A coordenadora destacou que, no CJPLR, os profissionais são chamados de professores e/ou monitores, e as crianças e/ou adolescentes de alunos; o desenvolvimento das atividades prevê tempo limite que, normalmente, não excede a 50 minutos, ou seja, o horário é semelhante ao escolar.

Segundo Gohn (2010), os termos aluno e professor são usualmente utilizados na educação não formal. No CJPLR, observamos utilização dessas terminologias, ou seja,

crianças e/ou adolescentes são chamados de alunos e educadores/oficineiros são chamados de professores.

Libâneo (2010) menciona que frequentemente haverá intercâmbio entre o formal e o não formal, pois um não pode prescindir do outro, não havendo como separar o formal do não formal "uma vez que os educandos não são apenas alunos, mas participantes das várias esferas da vida social" (LIBÂNEO, 2010, p. 95).

Neste capítulo apresentamos os dados históricos e educacionais do município de Realeza – PR e do CJPLR, através de pesquisa bibliográfica e descrição das entrevistas semiestruturadas com a coordenadora, secretária de educação e psicólogo. Dessa forma, propomos, para o segundo capítulo, a apresentação de algumas concepções de educação que subsidiarão o estabelecimento de possíveis relações entre a proposta em educação não formal e a prática educativa desenvolvida na instituição Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – CJPLR, que teve sua origem no início da década de 1980, aproximadamente 10 (dez) anos após a fundação do município.

II – A EDUCAÇÃO EM SUAS INTERFACES

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar concepções de educação, enquanto possibilidade transformadora da sociedade, compreendida como fenômeno e não se restringindo ao universo escolar, mas constituindo-se a partir das vivências entre os indivíduos, nos mais variados contextos, considerando os escritos de Brandão (2007), Caro & Guzzo (2004), Freire (1979 e 1996), Ghanem & Trilla (2008), Gohn (2001), Libâneo (2010), Park e Fernandes (2005), Park, Fernandes e Carnicel (2007) e Saviani (2009 e 2013).

2.1 - O significado da educação

Freire (1996) afirma que, para compreender a educação, seja no campo formal, informal e não formal, é preciso conhecer a amplitude humana. A educação tem caráter permanente, estimula opção de afirmar o homem como ser. Não é possível fazer reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem, pois "[...] a educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado" (FREIRE, 1979, p. 14).

> É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados. Não foi a educação que fez as mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade (FREIRE, 1996, p. 64).

Para Freire (1979) o homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos na medida em que ela passa a ser melhor compreendida; novas hipóteses são levantadas sobre o desafio dessa realidade e novas soluções podem ser buscadas. O homem termina por criar um mundo próprio a partir da realidade circundante, sua cultura. E a cultura, totalidade de criações humanas, resulta da consciência humana do mundo e da possibilidade de transformá-lo.

Segundo Freire (1979) a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade, um mecanismo de transformação em busca do ser mais; as relações humanas são reflexivas, consequentes, transcendentes e temporais. A atividade criadora permite ao homem responder aos desafios do mundo, e a educação é mais autêntica quanto mais desenvolvido o ímpeto ontológico do ser humano, devendo ser desinibidora e não restritiva.

Para Freire (1996), a educação não transforma o mundo, ela muda as pessoas, que mudam o mundo. "A educação desponta como um dos recursos primordiais na formação de cidadãos conscientes, que buscam a transformação social" (CARO & GUZZO, 2004, p.11).

Na educação estão sendo depositadas perspectivas de mudanças. Segundo Gohn (2001), a educação, de modo mais evidente, nas últimas décadas é apontada como uma das áreas-chave para enfrentar novos desafios decorrentes da globalização, de transformações econômicas, políticas, culturais e avanços tecnológicos. Indicada como capaz de promover mudanças na superação das desigualdades sociais e ao acesso dos sujeitos a sociedade mais justa. Nessa perspectiva, os conceitos de educação ampliam-se vão além do processo de ensino e aprendizagem. O processo educativo influencia na formação e desenvolvimento do sujeito, nas experiências alternativas de educação.

> A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição de renda e da justiça social. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc. (GOHN, 2001, p. 07).

Segundo Gohn (2001), a educação ganha importância na era da globalização porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem não é apenas quanto ao aumento da demanda, mas quanto à qualidade e ao tipo de educação a ser oferecida. Desse modo, a educação ganha centralidade também nos discursos e políticas sociais porque lhe competirá ser um instrumento de democratização.

Ao ler a afirmação de Gohn (2001) quanto à ampliação do conceito e experiências alternativas em educação, entendemos que estão sendo discutidas propostas educativas que vão além do contexto formal e são compreendidas nas modalidades de educação informal e não formal.

Para Gohn (1997), a educação é uma forma de ensino e aprendizagem adquirida ao longo da vida do cidadão, pela leitura, interpretação e compreensão dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem de forma isolada ou em contato com grupos e organizações.

> Trabalhamos com uma perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania. Trata-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da educação para além dos muros escolares e que resgata alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como, por exemplo, o de civilidade (GOHN, 2001, p.13).

Consoante Libâneo (2010), o processo educativo é um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que vai configurando-se o ideal de formação humana.

> Educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características do "ser humano" (LIBÂNEO, 2010, p. 30).

O autor sugere que a tarefa da reflexão pedagógica é superar a antinomia entre os fins individuais e fins sociais da educação. Essa é a ideia chave de outras concepções clássicas de educação como a concepção histórico-social.

> A educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Integra, assim, o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui como uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização. Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e da inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar (LIBÂNEO, 2010, p. 81).

Para Libâneo (2010), a prática educativa compreende todo fato, influência, ação, processo que intervém na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social.

> Quando falamos em *configuração* da existência humana, queremos dizer que a educação visa ao desenvolvimento e à formação dos indivíduos em suas relações mútuas, por meio de um conjunto de conhecimento e habilidades que os orientam na sua atividade prática nas várias instâncias da vida social. Em *suas relações mútuas*, quer dizer que o processo educativo ocorre em meio a relações sociais reais, o que é a mesma coisa que dizer que objetivos e conteúdos da educação são permeados pelas relações de poder de uma determinada sociedade. Sendo assim, a educação é uma atividade intencionalmente impulsionada, conforme fins que se estabelecem dentro do quadro de interesses e práticas das classes sociais (LIBÂNEO, 2010, p. 82).

Assim, o autor propõe-se a definir educação da seguinte maneira:

> Enquanto atividade intencionalizada, é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais (LIBÂNEO, 2010, p. 82).

Saviani (2013) afirma que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, e que a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. “O homem precisa produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la” (SAVIANI, 2013, p. 11).

> A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2013, p. 06).

Para Caro e Guzzo (2004), a educação aparece nas sociedades humanas com a função social de evitar a contradição existente entre os interesses pessoais e os sociais. Definindo que uma das tarefas da educação, nas sociedades, tem sido a de mostrar que os interesses individuais só podem realizar-se plenamente por meio dos interesses sociais, ou seja, a educação, ao socializar o indivíduo, mostra que, sozinho, o ser humano não sobrevive.

Nesse sentido, Saviani (2013) afirma que o homem não se faz homem naturalmente, não nasce sabendo ser homem, não sabe sentir, pensar, avaliar, agir. O homem para saber pensar e sentir; para saber querer e agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica trabalho educativo. “Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo” (SAVIANI, 2013, p. 07). Menciona que, para se chegar a esse resultado, a educação tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade o saber produzido historicamente.

> Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano. Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (SAVIANI, 2013, p. 11).

Conforme Saviani (2013), o fenômeno descrito manifesta-se desde a origem do homem pelo desenvolvimento de processos educativos inicialmente coincidentes como o próprio ato de viver, os quais se foram diferenciando progressivamente até atingir um caráter institucionalizado revelando-se até o surgimento da escola.

Saviani (2009)[1] menciona que a escola ocupa lugar central no campo da educação. Foi no desenvolvimento da sociedade moderna que a educação escolar converteu-se na forma principal e predominante de educação. A escola para o autor é a forma mais elaborada, sistemática e mais avançada de educação, tendeu a absorver toda função educativa, tornando-se sinônimo de educação, força que tudo domina.

> Embora a escola tenha surgido depois das formas espontâneas de educação, hoje é possível compreender as outras formas de educação a partir da escola, mas não é possível compreender a escola a partir das outras formas de educação. Isso porque é sempre a partir do mais desenvolvido que se pode compreender o menos desenvolvido, e não ao contrário. Portanto, a escola, sendo a forma mais desenvolvida de educação, é a chave para se compreender as outras formas educativas (SAVIANI, 2009, p. 21).

Quando falamos em educação, todos logo pensam na escola e vice-versa. Isso é tão forte que, quando queremos falar de algum tipo de educação que não seja a escolar, precisamos alertar os interlocutores dizendo explicitamente que não é da escola que estamos querendo falar. "Temos de dizer: é da educação não escolar, extraescolar, assistemática, informal, não sistematizada etc. que quero falar" (SAVIANI, 2009, p. 21).

Saviani (1980) menciona a educação enquanto processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social. Tem-se, pois, como premissa básica que a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada. "Pensa-se, portanto, em um desenvolvimento que educa e uma educação que desenvolve. Nessa direção, o ensino deixa de ser o monopólio da escola, e o próprio desenvolvimento torna-se a grande via da educação como prática social" (CARO & GUZZO, 2004, p. 33).

Brandão (2007) afirma que a educação abrange todos os processos de formação do indivíduo, processos observados nos mais variados ambientes sociais, caracteriza educação, como os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem dentro do ambiente escolar, mas também aqueles que ocorrem fora dele, como um processo contínuo, desenvolvendo-se a todo o momento e lugar, onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e interrelação.

> Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p. 09).

Para Libâneo (2010), educação é a prática social, não restringindo o educativo ao escolar. Ele concorda com as ideias de Brandão (2007) de que a educação é todo o

[1] Entrevista: "A educação fora da escola", Revista Ciências da Educação.

conhecimento adquirido com a vivência em sociedade; assim, o ato educacional ocorre tanto no ônibus como em casa, na igreja, na família e todos fazem parte desse processo.

> Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na Igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação (BRANDÃO, 2007, p. 07).

Nesse sentido, Brandão (2007) menciona que também existe educação onde não há escola, pois: "Pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber entre uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criado algum modelo de ensino formal e centralizado" (BRANDÃO, 2007, p.13).

Ghanem e Trilla (2008) afirmam que a educação é um fenômeno complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente.

> Há educação, é claro, na escola e na família, mas ela também se verifica nas bibliotecas e nos museus, num processo de educação à distância e numa brinquedoteca. Na rua, no cinema, vendo televisão e navegando na internet, nas reuniões, nos jogos e brinquedos (mesmo que eles não sejam chamados educativos ou didáticos) etc., ocorrem igualmente processos de educação. Quem educa, evidentemente, são os pais e professores, mas as influências formadoras (ou eventualmente deformadoras), também são frequentemente exercidas por políticos e jornalistas, poetas, músicos, arquitetos e artistas em geral, colegas de trabalho, amigos e vizinhos, e assim por diante (GHANEM e TRILLA, 2008, p. 29).

A educação para Park, Fernandes e Carnicel (2007) é entendida como necessidade básica e como processo contínuo e permanente dos sujeitos, acompanha a ideia de flexibilidade de tempos, espaços variados e de adequação ao que o sistema econômico pede. Definem que o termo cidades educativas[2] contempla um universo de práticas educativas que acontecem dentro e fora das instituições escolares e não escolares, neste caso envolvendo equipamentos e instituições sociais, artísticas, culturais e de lazer e espaços públicos disponíveis em uma cidade.

> O espaço cidade é um local de ações sociais, políticas, poéticas, culturais, de procedimentos de resistência e de criatividade, de relação entre espaços de circulação, de encontro, de vivência, fruição, que coloca em contato diferentes formas de pensar, sentir, agir e se colocar dos grupos sociais, fruto de seus repertórios e contextos culturais (FERNANDES, 2007, p. 85).

[2] Artigo Cidades Educativas publicado por Renata Sieiro Fernandes no livro Palavras-chave em Educação não-formal, Ed. Setembro, Campinas – SP, 2007, p.85.

Fernandes (2007) complementa que o espaço cidade apresenta e disponibiliza uma infinidade de equipamentos e instituições organizadas e estruturadas com meios para diferentes fins que funcionam e exigem normas, parâmetros e condutas diferenciadas para os variados espectadores e públicos.

2.2 – Educação e desenvolvimento do sujeito

O tópico que segue tem como objetivo apresentar alguns apontamentos quanto ao desenvolvimento humano, na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, na abordagem de Vygotsky (1996), segundo a qual, o desenvolvimento dá-se na relação e em trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação. A relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem está atrelada ao fato de o ser humano viver num meio social e este ser a alavanca para o processo.

A abordagem vygotskyana busca caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como se formam as características humanas ao longo da história do sujeito, pois as características individuais e até mesmo as atitudes estão impregnadas de trocas com o coletivo. Ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual de um ser humano foi construído a partir de sua relação com o social.

Vygotsky (1996) sempre considerou o homem inserido na sociedade; assim, sua abordagem foi orientada para os processos de desenvolvimento do ser humano com ênfase na dimensão sócio-histórica e na interação do ser homem com o outro no espaço social. O homem é um ser biológico, histórico e social. A aquisição de conhecimentos dá-se pela interação do sujeito com o meio, ou seja, não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa, se o sujeito não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem tal aprendizagem.

O pensamento vygotskyano considera que uma série de ações interferem sobremaneira no desenvolvimento das funções psicológicas superiores que são específicas dos seres humanos em processo de socialização, e que a educação é o processo propício para que o ser humano entre em contato com ferramentas sociais possibilitando seu pleno desenvolvimento.

> Na educação não existe nada de passivo, de inativo. Até as coisas mortas, quando se incorporam ao círculo da educação, quando se lhes atribui papel educativo, adquirem caráter ativo e se tornam participantes ativos desse processo (VYGOTSKY, 2001, p.70).

Segundo Vygotsky (1996), a criança é um ser social e, desde os primeiros momentos de vida, ela já faz parte de um todo macrossocial, o qual interfere no seu comportamento através de mediatizações constantes entre o ser e a linguagem. Além disso, o indivíduo é formado pelo entrelaçamento de duas linhas distintas: uma de origem biológica e outra de origem sócio-cultural. A primeira, de origem biológica, abarca aquelas características biologicamente definidas para todos os seres humanos, enquanto a segunda, de ordem sócio-cultural, está relacionada aos aspectos apreendidos e cristalizados no comportamento humano durante os processos de trocas mediatizadas com os outros, estas se dão basicamente através da linguagem.

> A linguagem libera a criança das impressões imediatas sobre o objeto, oferece-lhe a possibilidade de representar para si mesma algum objeto que não tenha visto e pensar nele. Com ajuda da linguagem, a criança obtém a possibilidade de se libertar do poder das impressões imediatas, extrapolando seus limites (VYGOTSKY, 1998, p. 122).

Para o autor, a linguagem é fator determinante para o desenvolvimento do brincar, da memória, da percepção, da emoção, da imaginação, dentre outros fatores.

O processo de desenvolvimento é profundamente marcado pelo aspecto emocional, ocupa a imaginação e a emoção, papéis determinantes na influência sobre todas as formas de comportamento humano. Vygotsky (2001) associa o processo de desenvolvimento e comportamento ao processo interativo entre o organismo e o meio perpassado pelas emoções. Segundo ele, as emoções funcionam como um regulador interno do nosso comportamento e que, associadas aos estímulos externos, podem levar o homem a inibir ou exteriorizar estas ou aquelas emoções. Quando associadas ao processo educacional, as emoções têm o papel de influenciar sobre todas as formas de comportamento.

> Nenhuma forma de comportamento é tão forte quanto aquela ligada a uma emoção. Por isso, se quisermos suscitar no aluno as formas de comportamento de que necessitamos teremos sempre de nos preocupar com que essas reações deixem um vestígio emocional nesse alunado (VYGOTSKY, 2001, p. 143).

O processo de desenvolvimento é profundamente marcado pelo aspecto emocional. Podemos salientar que, nesse contexto, a imaginação também possui função crucial, tanto no sentido de suscitar novas emoções e desdobramentos mnemônicos quanto pelo fato de desencadear uma série de fatores novos a cada momento, fazendo com que a criança possa vivenciar aspectos que nunca poderão ser realmente vividos: "[...] a formação de uma

personalidade criadora projetada em direção ao amanhã se faz pela imaginação criadora encarnada no presente" (VYGOSKY, 1996, p. 108).

> O homem haverá de conquistar seu futuro com ajuda de sua imaginação criadora; orientar no amanhã uma conduta baseada no futuro a partir desse futuro é função básica da imaginação e, portanto, o princípio educativo do trabalho pedagógico consistirá em dirigir a conduta do escolar na linha de prepará-lo para o porvir, já que o desenvolvimento e o exercício de sua imaginação são uma das principais forças no processo de alcance desse fim (VYGOTSKY, 1996, p. 108).

Para o autor, a imaginação pode ser vista como uma mola propulsora de novos sentimentos que, associados à memória, ao pensamento e às emoções, contribuem para que o homem deixe sua marca social no mundo bem como desenvolva novas ferramentas sociais, mas acima de tudo, para mostrar seu potencial criador que o difere dos outros animais, pelo fato de que o homem é o único que consegue planejar antes aquilo que colocará em prática depois, ou seja, planeja e concretiza seu plano.

2.3 – Modalidades de educação

Considerando os autores Libâneo (2010), Ghanem e Trilla (2008), Park e Fernandes (2005), Park, Fernandes e Carnicel (2007), Caro e Guzzo (2004) e Gohn (2005), apresentamos algumas definições quanto às modalidades de educação formal, informal e não formal.

Para Fernandes (2007), o termo educação envolve um leque amplo de experiências educativas, informativas e formativas que não se resume à experiência escolar, formal. Não existe um referencial específico a ser pesquisado quanto à educação não formal, ou contribuições específicas para entendimento da modalidade.

Libâneo (2010) afirma que os fenômenos mais significativos, entre os processos sociais contemporâneos, são a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas. Neste sentido, Caro e Guzzo (2004) afirmam que, quando se fala em educação, seria muito simplista reduzi-la à educação escolar, pois observa-se somente uma parte da realidade. As outras, chamadas de educação não formal ou informal, podem ser tão formais, ou mais, que a escola, não devendo ser essa a única responsável na formação do indivíduo e condução do desenvolvimento humano.

No linguajar corrente, encontramos diversas expressões para designar o acontecer educativo, entre as quais, processo educativo, prática educativa e atividade educacional. Considerando a amplitude dos conceitos em educação, ações, práticas, características,

sujeitos, entre outros, podemos pensar o termo além da educação escolar, ultrapassando os limites da educação formal, compreendendo a educação em suas diversas possibilidades enquanto intervenção educativa.

Segundo Ghanem & Trilla (2008), o conjunto de propostas e experiências alternativas em educação convencionou-se chamar "educacionais", pois contém elementos tão variados que, uma vez estabelecida sua condição comum, é preciso, para continuar falando deles com algum sentido, começar a distinguir uns dos outros. "Em muitos casos, a distinção entre os diversos tipos de educação se realizou com o mero acréscimo de um adjetivo à palavra 'educação': educação familiar, educação moral, educação infantil, educação autoritária, educação física..." (GHANEM & TRILLA, 2008, p. 30).

Em outros casos, afirmam Ghanem e Trilla (2008), houve tentativa de estabelecer taxionomias com critérios explícitos, em que o tipo de educação era determinado segundo alguma especificidade do sujeito que se educa, por exemplo: se o coletivo fosse de acordo com uma faixa etária, seria educação infantil ou juvenil; se fosse um coletivo de mulheres, seria educação feminina etc.

Outro critério citado pelos autores refere-se ao aspecto ou dimensão da personalidade a que se dirige a ação educativa ou ao tipo de efeito que ela produz. Quando se fala em educação intelectual, física, moral etc., utiliza-se esse critério.

> Há também critérios que distinguem o tipo de educação segundo seu conteúdo: educação sanitária, literária, científica etc. Em outros casos, os adjetivos remetem às ideologias, tendências políticas ou crenças religiosas em que as diversas concepções educacionais se inserem: educação católica, islâmica, comunista, anarquista etc. (GHANEM & TRILLA, 2008, p. 31).

Ghanem & Trilla (2008) citam ainda o grupo de aspectos, de procedimentos ou metodologias educacionais (educação ativa, autoritária, a distância etc.). Finalmente, sem intenção de esgotar as possíveis classes de adjetivações, os autores referem-se ao grupo que considera aquele que educa, o agente, a situação ou instituição que produz, por exemplo: educação familiar, educação escolar, institucional etc. bem como a expressão educação não formal que, segundo os autores, poderia ser incluída num desses dois últimos grupos (escolar/institucional).

Libâneo (2010) afirma que o campo educativo é vasto porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica nos meios de comunicação, na política. Com isso, distingue as diferentes modalidades de educação, a formal, a informal e a não formal. À educação formal corresponde instâncias de formação, escolares ou não, em que há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática. À

educação informal, ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente. A educação não formal realiza-se em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.

GOHN (2010) procura definir a modalidade educação não formal em processos educativos existentes na sociedade, num sentido mais amplo, abarcando espaços para além das instituições escolares. Sua preocupação não reside em demarcar um novo território de atuação para um novo profissional, mas sim definir processos de aprendizagens e produção de saberes na sociedade como um todo. Descreveremos alguns apontamentos, a partir das reflexões da autora, com objetivo de estabelecer algumas características, objetivos, agentes educadores e espaços educativos, nas modalidades formal, informal e não formal de educação.

Libâneo (2010), Ghanem e Trilla (2008), Park, Fernandes e Carnicel (2007) e Park e Fernandes (2005), além de reconhecerem o vasto campo educacional, ressaltam quanto à importância na distinção das modalidades e reforçam os aspectos de complementaridade, intercâmbio e interpenetração entre elas, a saber:

1) Modalidade de educação formal: são características observadas, os ambientes normatizados, com regras, legislação e comportamentos bem definidos. Além de o perfil do corpo docente e de trabalho serem previamente normatizados, com caráter metódico, em que os níveis de aprendizado dividem-se por idade/classe de conhecimento. A educação formal requer tempo e local específico, pessoal especializado, com diversas formas de organização (curricular, sistematização de atividades, leis e órgãos superiores). Quanto aos objetivos da modalidade de educação formal, destacam-se para os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados e regulamentados por leis. O agente educador na modalidade de educação formal é o professor, o espaço educativo as escolas e instituições regulamentadas por leis, certificadas e organizadas, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os resultados dessa modalidade de educação é a aprendizagem efetiva, devendo haver certificação e devida titulação, capacitando os alunos a seguirem para graus mais elevados.

2) Modalidade de educação informal: considerada como aquela em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, geradas nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube, entre outros). Não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir de práticas e experiências anteriores. Usualmente, é o passado orientando o presente, atuando no campo

das emoções e sentimentos, um processo permanente e não organizado. Entre os objetivos da educação informal, destacamos o fato de socializar os indivíduos, desenvolver hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças do grupo que frequenta ou a que pertence. Os agentes educadores normalmente são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, meios de comunicação, entre outros.

> Fazem parte deste rol de aprendizagens e conhecimentos a percepção gestual, moral, comportamentos, provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, midiática, nos espaços públicos em que repertórios são expressos e captados de formas assistemáticas. Tais experiências e vivências acontecem, inclusive, nos espaços institucionalizados, formais e não formais, e a apreensão se dá de forma individualizada, podendo, posteriormente, ser socializada (Fernandes & Park, 2007, p. 127).

Os espaços educativos na modalidade de educação informal são ambientes espontâneos, em que as relações sociais desenvolvem-se conforme os gostos e pertencimentos herdados, marcados por referências de nacionalidade, idade, localidade, sexo, religião, a casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja, local onde se nasceu, entre outros. Os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum dos indivíduos e que orienta suas formas de pensar e agir.

3) Modalidade de educação não formal: não é organizada por séries, idades e conteúdos, atua sobre aspectos subjetivos do grupo. Segundo Gohn (2010) aquela que se aprende no mundo da vida, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. Não se trata de uma educação nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condições, há intencionalidade, o aprendizado não é espontâneo. Os objetivos educacionais constroem-se no processo interativo, procurando capacitar os indivíduos para se tornarem cidadãos do mundo e no mundo, abrindo janelas de conhecimento sobre esse e suas relações sociais. O educador é o outro, aquele com quem interagimos ou os integramos; os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas. São propostos como resultados da educação não formal desenvolver processos como: consciência e organização de como agir em grupos; construção e reconstrução de concepção de mundo; sentimento de identidade com uma dada comunidade; formar para vida e suas adversidades; desenvolvimento de sentimentos de autovalorização, rejeição de preconceitos.

Para Gohn (2010), são essas algumas características, objetivos, agentes educadores e espaços alternativos capazes de distinguir a modalidade formal, informal e não formal. No entanto, complementamos com outros autores o reconhecimento da amplitude do campo e das atividades educativas.

2.4 – Ações educativas e suas interfaces

Diante do exposto, é possível diferenciar uma modalidade educativa da outra e a diversidade nas atividades educativas, com suas propostas, princípios norteadores e características, que podem alternar-se, mesclar e/ou somar no cenário educacional brasileiro, não devendo ser compreendidas de modo isolado. "Há uma interpenetração constante entre essas três modalidades que, embora distintas, não podem ser consideradas isoladamente" (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Ghanem & Trilla (2008) destacam que a classificação tripartite: formal, não formal e informal têm propósitos exaustivos ao pressuporem que a soma do educativamente formal, não formal e informal deveria abranger o universo da educação.

> Dito de outro modo, qualquer processo que inclua o universo educacional deve, por seu turno, poder ser incluído num dos três tipos de educação citados. A distinção proposta é, portanto, um modo de setorializar aquele universo, uma tentativa de traçar fronteiras no seu interior. Assim, o problema inicial consistirá em como e onde localizar tais fronteiras (GHANEM e TRILLA, 2008, p. 34).

Segundo Libâneo (2010), o exemplo da escola evidencia que frequentemente haverá intercâmbio entre o formal e o não formal. O autor considera equivocado o entendimento de que formas alternativas de educação constituem-se apenas como não formais ou informais; Menciona que são práticas não formais na escola as atividades extraescolares, os conhecimentos complementares, em conexão com a educação formal (feiras, visitas etc.).

> Na verdade, é preciso ver as modalidades de educação informal, não formal e formal, em sua interpenetração. A escola não pode eximir-se de seus vínculos com a educação não formal e informal; por outro lado, uma postura consciente, criativa e crítica ante os mecanismos da educação informal e não formal dependem, cada vez mais, dos suportes da escolarização (LIBÂNEO, 2010, pág. 89).

Gohn (2010) salienta que, em hipótese alguma a modalidade de educação não formal substitui a educação formal. São formas distintas que devem complementar-se via programações específicas, nas articulações entre escola e comunidade.

> A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social, contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais etc. (GOHN, 2010, p. 39).

Para Gohn (2010), seria ideal a educação não formal como complementar a educação formal, no sentido de desenvolver campos de aprendizagens e saberes que lhes são específicos. Para Libâneo (2010), ver a educação apenas no âmbito escolar é pedagogismo que empobrece uma visão contextualizada da prática educativa escolar.

> A educação formal e não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que a modalidade de educação não formal não pode prescindir da educação formal (escolar ou não, oficiais ou não), e a de educação formal não pode separar-se da não formal, uma vez que os educandos não são apenas "alunos", mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, na política, na cultura etc. Trata-se, pois, sempre, de uma interpenetração entre o escolar e o extraescolar (LIBÂNEO, 2010, p. 95).

Ghanem e Trilla (2008) sugerem que as chamadas educação não formal e formal deveriam ser subclasses de um mesmo tipo de educação. No entanto, ressaltam os autores que os critérios para caracterizar as modalidades de educação seriam: quanto à intencionalidade e quanto ao caráter metódico e sistemático do processo.

> Segundo o primeiro critério, todos os processos intencionalmente educacionais entrariam na coluna do formal e não formal, e, por conseguinte, os não intencionais ficariam na do informal. Não resta dúvida, claro, de que tanto a educação formal como a não formal são claramente intencionais, e que a educação não intencional pertenceria à informal (GHANEM e TRILLA, 2008, p. 36).

Libâneo (2010) define como não formal as atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, que implica relações pedagógicas não formalizadas. O autor menciona como exemplo o caso dos movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhos comunitários, atividades de animação cultural, os meios de comunicação social, os equipamentos urbanos culturais e de lazer. "Na escola são práticas não formais as atividades extraescolares que provém conhecimentos complementares, em conexão com a educação formal" (LIBÂNEO, 2007, p. 89).

Park e Fernandes (2005) destacam quão importante e válida pode ser uma experiência educativa em educação não formal, ocorrendo paralelamente à frequência escolar. Isso permite que a educação não formal seja vista, então, como mais uma possibilidade de

vivência educativa, atuando em outros setores em que a escola não atua, sem competir com ela, mas visando complementá-la. A esfera educacional engloba diversas possibilidades, cada qual pressupõe um público específico, atividades diversificadas, conteúdos variados, entre outros aspectos, que nos ajudam a compreender especificidades nas modalidades educativas formal, informal e não formal.

Compreendemos que a educação é possibilidade transformadora da sociedade, ou seja, os conceitos de educação estão ampliados, vão além do processo de ensino e aprendizagem que acontece nas escolas, compreendem também a formação e desenvolvimento do sujeito, através das experiências alternativas em educação.

Caro e Guzzo (2004) afirmam que a educação desponta como um dos recursos primordiais na formação de cidadãos conscientes, que buscam transformação social. Nesse sentido, Gohn (2001) afirma que, na educação, estão sendo depositadas perspectivas de mudanças sociais, assim os conceitos e experiências alternativas em educação são compreendidos nas modalidades de educação formal, informal e não formal.

Considerando Brandão (2007), que afirma ser a educação abrangente em todos os processos de formação do indivíduo, observados nos mais variados ambientes sociais e Gohn (2010), que propõe desenvolver consciência e organização de como agir em grupo, construção e reconstrução de concepções de mundo, sentimento de identidade, formar para a vida e suas adversidades, desenvolver sentimentos de autovalorização, entendemos a educação em seu modo mais abrangente, ou seja, há prática educativa na educação formal, informal e não formal que compreende todo fato, influência, ação e processo, que intervém na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social. A educação não formal enquanto prática educativa alternativa, fora do contexto escolar, objetiva capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo.

2.5 – Apontamentos sobre a terminologia

Neste tópico, apresentamos discussões sobre possíveis relações estabelecidas entre a modalidade de educação não formal e outras modalidades educativas. Park, Fernandes e Carnicel (2007) destacam que, no Brasil, há muito tempo desenvolvem-se atividades e ações no campo da educação não formal. No entanto, sem denominá-las com essa terminologia, utilizam, muitas vezes, termos como: - educação alternativa; - educação complementar; - jornada ampliada; - educação fora da escola; - projetos sócioeducativos; - educação

extraescolar; - contraturno escolar, entre outros. Além dessas terminologias, a chamada educação em tempo integral faz interface com a educação não formal, uma vez que, no tempo restante ao "tempo escolar", outra proposta educacional é apresentada às crianças e jovens participantes.

Gohn (2010) menciona que um dos grandes desafios da educação não formal tem sido defini-la, caracterizá-la, pois usualmente ela é definida pelo que não é. Alguns sentidos e significados têm-lhe sido atribuídos, gerando polêmica, concepções equivocadas ou errôneas. A educação não formal deve ser definida pelo que ela é, ou seja, um espaço de formação com aprendizagem de saberes para a vida, em coletivos, para a cidadania.

> Esta formação envolve aprendizagens tanto de ordem subjetiva – relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas – como de aprendizagem de habilidades corporais, técnicas manuais etc., que os capacitam para o desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando um produto como fruto do trabalho realizado (GOHN, 2010, p. 40).

Gohn (2010) menciona a categoria não escolar como sinônimo de não formal. A justificação da educação não escolar não pode ser construída contra a escola, nem servir a quaisquer estratégias de destruição dos sistemas políticos de ensino. Nesse sentido, o sinônimo de não formal à educação extraescolar, acepção que reconhece a existência de um processo educativo que extrapola os muros escolares, sem diferenciá-la de fato.

Gohn (2010) caracteriza como sinônimo da educação não formal a educação alternativa. A educação não formal já esteve associada também à ideia de educação de adultos e à educação de jovens e adolescentes (EJA), em cujos programas as práticas desenvolvidas voltam-se, prioritariamente, para a alfabetização, principalmente, no caso de adultos.

> Nesta linha, a educação associa-se diretamente ao aprendizado de conteúdos escolares, desenvolvidos por entidades de várias naturezas como associações, sindicatos, núcleos comunitários etc. O que difere da educação formal/escolar é o fato de se realizar em instituições diferentes das escolas e de utilizar métodos de ensino específico (GOHN, 2010, p. 25).

Para Gohn (2010), a educação popular, é outra modalidade. Associa-se, na atualidade, ao imaginário de muitos pesquisadores com a educação não formal, dado o fato de ela também ter, intencionalidade e um projeto de formação dos indivíduos como cidadãos. Define que a diferença entre a educação popular da educação não formal é que, para a segunda, não há recorte de faixa social.

> A educação não formal deve ser vista também pelo seu caráter universal, no sentido de abranger e abarcar todos os seres humanos, independentemente de classe social, idade, sexo, etnia, religião etc. (GOHN, 2010, p.25).

Manfredi (1981), Park, Fernandes e Carnicel (2007) mencionam que à expressão educação popular são atribuídos vários significados.

> Convencionou-se utilizá-la para denominar as práticas e experiências coletivas de educação do povo, ou seja, das pessoas comuns, pertencentes a uma população, historicamente datada e geograficamente situada. As práticas educativas populares se concretizam em situações de interação e comunicação entre sujeitos e podem se dar em diferentes espaços de convivência dos grupos populares: família, trabalho, associações sindicais, partidárias, culturais, de lazer, religiosas etc. (MANFREDI 1981, citado por PARK, FERNANDES & CARNICEL, 2007, p. 133).

Para Cendales e Mariño (2006), a educação popular é uma corrente de pensamento, uma maneira intencional de fazer educação a partir dos interesses dos meios populares e um modo de contribuir para os processos de transformação social. No que diz respeito à educação não formal que se realiza no contexto da educação popular, consideram que ela inscreve-se num horizonte ético-político voltado para a inclusão e para o "empoderamento" dos setores com os quais e pelos quais são realizados diferentes trabalhos.

Referem-se ao horizonte ético:

> O modelo de desenvolvimento proposto e construído a partir da perspectiva neoliberal gera processos de exclusão econômica, política, cultural, de gênero, étnica, de geração... Acompanhados do medo e da violência como modos de recusar uma sociedade que negou e frustrou o direito de construir identidades (CENDALES & MARIÑO, 2006, p. 13).

Quanto ao horizonte político,

> A educação é um fato intencional. No caso da educação não formal, que se faz no contexto da educação popular, sua intenção é potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim, proporcionam novas formas de relação, espaços nos quais seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade e a liderança social contrários aos valores anteriores e, apoiando a construção e o fortalecimento de experiências e iniciativas voltadas para a reivindicação das demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação na tomada de decisões (CENDALES & MARIÑO, 2006, p. 14).

Os projetos de educação não formal passaram por assimetrias que atravessam sociedades, mas é preciso reconhecer as potencialidades que ainda se escondem nas próprias contradições. Cada proposta de educação não formal constitui-se num espaço de inclusão, no

qual seja recusado qualquer tipo de exclusão, de iniquidade social e injustiça, podendo ser a proposta entendida como convite na construção de projetos de vida a partir da diversidade.

No campo da aprendizagem voltada para os indivíduos, numa perspectiva alternativa à escola, Gohn (2010) encontra também a categoria educação social, utilizada por alguns autores para auxiliar e conectar com a categoria educação não formal. Conceitua a educação social como um conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas não convencionais realizadas preferencialmente no âmbito da educação não formal, orientadas para o desenvolvimento adequado e competente dos indivíduos assim como para dar respostas a seus problemas e necessidades sociais.

> A educação não formal, com abordagem na mesma linha da educação social, são as propostas que caracterizam como sinônimo de práticas educativas desenvolvidas junto à comunidade compostas por populações em situação de vulnerabilidade social ou algum tipo de exclusão social ressignificando o termo Educação Comunitária (GOHN, 2010, p. 26).

Park, Fernandes e Carnicel (2007) mencionam que, atualmente, no Brasil, a educação social concentra-se em ações de assistência social para crianças e adolescentes descritos habitualmente como em situação de risco social, em conflito com a lei ou como excluídos.

> A denominação "menor" tornou-se sinônimo de criança e adolescente pobre. Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, institui-se a expressão crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que, mais recentemente, vêm sendo referidos como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (PARK, FERNANDES e CARNICEL, 2007, p. 103).

Gohn (2010) aproxima educação social com educação não formal, no entanto afirma que a mais recente polêmica vem-se contrapor a essas modalidades, acrescentando, no campo da pedagogia social, vasto número de concepções e correntes de abordagem à educação social.

> Podem-se dividir as inúmeras abordagens sobre a pedagogia social em dois grandes campos: um trata dos processos de socialização do indivíduo, especialmente os que estão em situação social precária (sempre vistos isoladamente), que necessitam de aprendizagens de novos saberes, hábitos, comportamentos em suma, objetiva-se atuar no plano da cultura. O outro campo de abordagem relaciona-se ao mundo do trabalho e as formas de gerar emprego e renda (GOHN, 2010, p. 30).

Gohn (2010) destaca que, no Brasil, há uma ânsia em dar um estatuto científico à pedagogia social e de construí-la como um campo de conhecimento e práticas educativas

diferentes da pedagogia escolar. “A pedagogia social é alçada a uma Teoria Geral, visando formar um profissional específico: o pedagogo social” (GOHN, 2010, p. 31).

> Em síntese, nossa visão e abordagem não seguem a trilha que contrapõe educação não formal a outras categorias, porque nossa preocupação não é a de demarcar um território de atuação para um novo profissional, na academia e na sociedade – o pedagogo social. Nossa abordagem busca entender os processos educativos existentes na sociedade, num sentido mais amplo, abarcando espaços para além das instituições escolares – indivíduos que estão em qualquer nível ou grau de ensino, ou fora dele, porque o concluiu ou nunca teve acesso ao mesmo. Preocupamo-nos mais com os processos de aprendizagem e na produção de saberes na sociedade como um todo (GOHN, 2010, p. 32).

Portando, a concepção de educação não formal, não pode ser confundida com os processos de trabalho social nem com o processo de socialização “natural” dos indivíduos. Gohn (2010) alerta também para que a educação não formal não seja confundida com educação religiosa. Conceitua como educação comunitária, como trabalhos de desenvolvimento de novos valores, recuperação de autoestima, desenvolvimento de práticas apresentadas como solidárias, cidadãs etc.

> Dependendo do tempo histórico, os termos mudam de nome, mas o significado é o mesmo: grupos de educadores trabalhando com comunidades com características socioeconômicas e territoriais de pobreza. Há também nessa abordagem certo caráter instrumental, porque recorre a esta forma educativa para auxiliar/suprir condições estruturais que aqueles indivíduos não possuem (GOHN, 2010, p. 27).

Segundo Gohn (2010), a psicologia social dá grande ênfase ao pressuposto de que a aprendizagem de novos valores altera a personalidade e comportamentos sociais, viabilizando processos de mudança social.

> A psicologia, pela sua grande riqueza no conhecimento do ser humano e nos seus grandes estudos sobre as possibilidades de trabalho com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional, deve estar cada vez mais presente nas questões sociais, pois será de grande valia aos excluídos, como para aqueles que acreditam na transformação social e querem enfrentá-la (CARO e GUZZO, 2004, p. 16).

Gohn (2010) afirma que a educação sociocomunitária seria uma proposta que articula a educação social e a educação comunitária.

> Educação permanente ou educação para a vida foram propostas elaboradas no passado e que ainda têm bastante acolhidas entre educadores. A ideia de educação permanente tem pontos muito próximos com os que defendemos para a educação não formal, mas não é a mesma coisa. Para nós ideia de

> emancipação e autonomia dos indivíduos, vistos como sujeito do processo de conhecimento é algo fundamental. (GOHN, 2010, p. 28).

Gohn (2010) afirma que a modalidade de educação continuada, também teve sucesso e tem retornado na atualidade, dado o desenvolvimento de novas tecnologias. "É sempre posta para a atualização pós-profissional. Para a educação superior, portanto" (GOHN, 2010, p. 28).

Segundo Gohn (2010), há várias propostas para educação integral, no entanto as propostas mais usuais centralizam-se na escola, em ações preconizadas nos projetos pedagógicos e formação de professores, ao contrário do que poderia supor, abordando diferentes dimensões da vida das pessoas e suas diferentes etapas. "O que a abordagem da escola integral não trata é como compor uma grade curricular que forme para a vida, a partir da cultura, das experiências e vivências, tendo em vista a burocratização dos sistemas de ensino escolar/formal" (GOHN, 2010, p. 29).

Gohn (2010) citando Gadotti (2009), afirma que as iniciativas da educação integral vêm ao encontro da qualidade de educação, ao criar novos espaços e tempos para o atendimento e desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

> O termo educação envolve um leque amplo de experiências educativas, informativas e formativas que não se resume à experiência escolar, formal. Embora a escola seja uma instituição com muitos anos de existência, participando ativamente dos repertórios culturais de diferentes contextos e deixando marcas indeléveis – positivas e/ou negativas – nas memórias de seus frequentadores, desde há muito tempo também aparecem experiências formativas ocorrendo fora das escolas para diferentes públicos (FERNANDES, 2007, p. 125).

A educação integral visa desenvolver as facetas humanas, facilitando e descobrindo habilidades. Uma educação em tempo integral visa promover novas e ousadas formas de se ensinar, aprender e construir o conhecimento, em diferentes espaços e temporalidades, valendo-se da contribuição de variados sujeitos.

A concepção de educação não formal pode articular-se também ao campo da educação cidadã, na qual o contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola assim como a democratização do conhecimento. "Na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadão (s) livre (s), emancipado (s), portadores de um leque diversificado de direitos, assim como deveres para com o (s) outro (s)" (GOHN, 2010, p. 33).

Enfim, Gohn (2010) define nas seguintes palavras o conceito de educação não formal:

> É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para

> interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

A educação não formal tem campo próprio de intencionalidades, seu eixo é formar os indivíduos para a cidadania e emancipação social. "A intencionalidade não é o único marco diferencial entre a formal e a não formal, porque existe nas duas, mas é ela que demarca um objetivo específico na educação não formal – formar para a cidadania" (GOHN, 2010, p. 34).

Cendales e Mariño (2006) destacam que os projetos de educação não formal têm um grande potencial formativo. Possibilitam mudanças nos sistemas de conhecimento e valores das pessoas, criando espaços de encontro que permitem ir além dos próprios limites, com o reconhecimento e a valorização dos aprendizados gerados na experiência, e contribuem para tornar mais complexa a interpretação da realidade e para enquadrar a vida e a experiências em contextos mais amplos.

> A educação não formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para poder crescer e se desenvolver, pois a cultura faz parte da identidade do ser humano, e os valores são imprescindíveis em sua formação (CARO e GUZZO, 2004, p.37).

Essa educação acontece pelas iniciativas de movimentos populares, associações democráticas, organizações, que visam à mudança social, entre outras. Tem um caráter transformador, pois possibilita que os atendidos sejam conscientizados do seu valor e da importância de serem cidadãos conscientes ao atuarem em sua realidade, viabilizando o resgate de sua própria dignidade e dos outros.

Nesse sentido, complementam Cendales e Mariño (2006), as propostas da educação não formal estão numa situação privilegiada para romper com os padrões educativos tradicionais e se transformar em propostas inovadoras, capazes de oportunizar contribuições significativas para a educação em geral.

Caro e Guzzo (2004) afirmam que o conceito de educação não formal tem crescido e evoluído de forma bastante notável. A etiqueta "educação não formal" aparece nos planos de estudo dirigidos à formação de distintos profissionais de educação, e com ela identificam-se numerosas realizações que não param de estender e diversificar o heterogêneo setor não formal.

2.6 – A educação não formal: aspectos históricos, teóricos e práticos

Este tópico tem como objetivo apresentar aspectos históricos, teóricos e práticos da modalidade de educação não formal. Mantemos como referencial básico os autores Caro e Guzzo (2004), Cendales e Mariño (2006), Gohn (2001 e 2010), Ghanem e Trilla (2008), Park, Fernandes e Carnicel (2007).

Aspectos históricos

As intervenções educativas não formais não são uma modalidade educativa nova no contexto educacional brasileiro. Ghanem e Trilla (2008) afirmam que realidades educacionais, como as apontadas pela expressão "educação não formal", existem desde muito antes que esse significante se popularizasse nos fins da década de 1960, com a publicação da obra de P. H. Coombs – *The world educational crisis (1968).*

Para Ghanem e Trilha (2008), a publicação de Coombs (1968) pretendia, com a denominação informal e não formal, designar o amplíssimo e heterogêneo leque de processos educacionais não escolares ou situados à margem do sistema de ensino regrado. Com isso, advertem para atividades que se organizam intencionalmente com o propósito expresso de alcançar determinados objetivos educacionais e de aprendizagem.

Ghanem e Trilla (2008) afirmam que Coombs & Ahmed (1974) propuseram a distinção entre três tipos de educação, a formal, a não formal e a informal, por considerarem pouca uma única expressão para designar o campo vasto e variado como o educacional não escolar.

> A educação formal compreenderia o sistema educacional altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que vai dos primeiros anos da escola primária até os últimos da universidade; a educação não formal, toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis; a educação informal, um processo, que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio (COOMBS, 1975, p. 27 apud GHANEM & TRILLA, 2008, p. 33).

Ghanem & Trilla (2008), na intenção de contextualizar o surgimento e crescimento da modalidade de educação não formal, optaram por fixar, a partir do século XX, a observação desta proposta e abordagem. No entanto, ressaltam os autores que sua real expansão e fixação

podem ser localizadas além desse período, a partir dos anos 60 e 70. Destacam que a educação não formal não surgiu espontaneamente, mas em decorrência de uma série de fatores sociais, econômicos, tecnológicos etc., que, por um lado, geraram novas necessidades educacionais e, por outro, suscitam inéditas possibilidades pedagógicas não escolares que buscam satisfazer essas necessidades.

Alguns fatores, conforme Ghanem e Trilla (2008), justificaram o surgimento da educação não formal, considerando algumas necessidades educacionais como:

- ✓ - crescente aumento da demanda de educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais convencionais (adultos, idosos, mulheres, minoria étnica etc.);
- ✓ - transformação no mundo do trabalho que obriga a operacionalizar novas formas de capacitação profissional (reciclagem, formação continuada etc.);
- ✓ - ampliação do tempo livre, o que gera a necessidade de desenvolver ações educativas que se transformem em marcos de atuação e/ou em objetivos;
- ✓ - mudanças na instituição familiar e em outros aspectos da vida cotidiana, urbanístico etc. que tornam necessárias novas instituições e meios educacionais capazes de assumir determinadas funções educativas;
- ✓ - presença crescente dos meios de comunicação de massa na vida social, evidenciando a real onipresença da ação educativa e a necessidade de ampliar a atenção pedagógica antes centrada quase exclusivamente na escola;
- ✓ - desenvolvimento de novas tecnologias que permitam conceber processos de formação e aprendizagem à margem dos sistemas presenciais da escolaridade convencional;
- ✓ - crescente sensibilidade social para a necessidade de programar ações educativas em setores da população em conflito socioeconomicamente marginalizados, deficientes etc.

Para Gohn (2001), a educação não formal era vista genericamente como um conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, entre outros.

> O grande destaque que a educação não formal passou a ter nos anos de 1990 decorrentes das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se ainda a falar em uma nova cultura organizacional que,

> em geral, exige a aprendizagem de habilidades extraescolares (GOHN, 2001, p.92).

Gohn (2001) menciona a estruturação de um novo campo da educação: o da educação não formal, que aborda processos organizativos da sociedade civil ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social.

Os processos educacionais são frutos das articulações das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc. "É preciso agregar ao ensino formal, ministrado nas escolas, conteúdos da educação não formal, como os conhecimentos relativos às motivações, à situação social, à origem cultural dos alunos etc." (GOHN, 2001, p. 15).

> Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual (GOHN, 2010, p. 15).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), instituída em 1996, atribui à escola o objetivo de formar o sujeito um cidadão ativo, desenvolver habilidades, criatividade, percepção, motricidade, entre outros, através da modalidade de educação formal. Ao definir a educação de modo mais abrangente, considerando os processos formativos que ocorrem em espaços alternativos, a LDB 9394/96 abriu caminho para o reconhecimento das modalidades de educação não formal e informal.

> Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> **§ 1º.** Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
> **§ 2º.** A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p. 47).

Segundo Gohn (2010), o termo educação não formal foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no ano de 2003. Em 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura, assinalam a importância e a necessidade de formar educadores para atuarem também em espaços não escolares, propondo no Art. 4º:

> O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em

> outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 11).

No mesmo Art. 4º, continua:

> Parágrafo único: as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares (BRASIL, 2006, p. 11).
>
> II- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares (BRASIL, 2006, p. 11).

O Art. 5º do CNE/CP de 2006, que trata quanto da aptidão do egresso do curso de Pedagogia, propõe como seu campo de atuação:

> IV- trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006, p.11).
>
> XIII- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliado projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares (BRASIL, 2006, p. 11).

Park, Fernandes e Carnicel (2007) mencionam que, no campo da educação não formal, no Brasil, o fato de existirem leis específicas para o oferecimento de ações fora da escola não garante sua existência e tampouco obrigatoriedade de garantia de projetos nessa área como também a frequência e permanência de crianças, adolescentes e jovens.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) está prevista a existência e o oferecimento de projetos socioeducativos para crianças e jovens, mas não garantem a sua existência e, principalmente, a permanência de projetos com essa especificidade.

Aspectos teóricos e práticos

Este tópico tem como objetivo apresentar alguns aspectos referentes à modalidade de educação não formal enquanto campo educacional. Segundo Gohn (2001) a educação não formal engloba um processo com três campos ou dimensões que correspondem as suas áreas de abrangência: 1) capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; 2) aprendizagem e exercício de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a

solução de problemas coletivos cotidianos; 3) o campo ou dimensão, segundo a autora, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal ou escolar, em formas (atividades) e espaços diferenciados.

Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, "o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais" (GOHN, 2001, p. 98);

Para Gohn (2001), o ato de ensinar realiza-se de forma mais espontânea, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer finalidades às quais se destinam as práticas. "A estes aspectos incorpora um diferencial: a preocupação com a mudança ou transformação social por buscarem projetos de desenvolvimento" (PARK e FERNANDES, 2007, p. 131).

> No bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas ONGs, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc. Entretanto, as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado *a priori* e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos no processo ensino-aprendizagem (GOHN, 2001, p. 101).

Gohn (2001) define as organizações que desenvolvem atividades de educação não formal como as situadas no âmbito não governamental, reestruturando o velho modelo das associações voluntárias filantrópicas para um novo modelo em que se combina o trabalho voluntário com o trabalho assalariado, remunerando profissionais, segundo projetos específicos, passando a ocupar o papel que antes era desempenhado pelos sindicatos e pelos partidos políticos.

Na educação não formal, segundo Gohn (2001), existe a flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos, segundo os objetivos do grupo, a forma de operacionalizar os conteúdos, e tem diferentes dimensões em termos de sua operacionalização.

Um dos supostos básicos de Gohn (2001) é o de que a aprendizagem dá-se por meio da prática social:

> É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição

> de novos saberes, essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm (GOHN, 2001, p. 104).

Quanto a suas finalidades e objetivos, GOHN (2010) afirma que a principal é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, em que os objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.

> Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício de cidadania (GOHN, 2010, p. 19).

Gohn (2010) enumera, resumidamente, alguns objetivos da educação não formal, entre os quais:

1. educação para justiça social;
2. educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.);
3. educação para liberdade;
4. educação para igualdade e diversidade cultural;
5. educação contra toda e qualquer forma de discriminação;
6. educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Gohn (2010) define como meta da educação não formal:

- ✓ - A transmissão de informações, formação política e sociocultural, produzindo saberes nos cidadãos, educando os indivíduos para civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo, entre outros.

> Atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma sua cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo; ela pode colaborar para o desenvolvimento e fortalecimento do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo (GOHN, 2010, p. 20).

Para Gohn (2010) a educação não formal poderá resultar numa série de processos, tais como:

- ✓ - consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- ✓ - a construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo;
- ✓ - contribuir para o sentimento de identidade com uma dada comunidade;

- ✓ - formar o indivíduo para a vida e suas adversidades e não apenas capacitá-lo para entrar no mercado de trabalho;
- ✓ - quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não formal pode resgatar o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam simplificadamente, como a autoestima), ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.);
- ✓ - os indivíduos podem adquirir conhecimentos a partir de sua própria prática, aprendendo a ler e a interpretar o mundo que os cerca;
- ✓ - desenvolver a cultura política do grupo.

Gohn (2001) destaca que a educação não formal tem sempre caráter coletivo, passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado seja absorvido individualmente. "O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores" (GOHN, 2001, p. 104).

O processo político pedagógico de aprendizagem e produção de saberes na educação não formal é definido por Gohn (2010) em duas dimensões:

1. Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, ou aprendizagem para a cidadania;
2. Aprendizagem dos indivíduos para atuarem no mundo do trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades em oficinas e laboratórios.

Gohn (2010) ressalta que é importante distinguir as práticas cidadãs de outras que consideram os indivíduos apenas como mão de obra para realizar ações que o Estado não realiza, ou para gerar renda em trabalhos sem direitos sociais regulamentados.

As propostas da educação não formal, citadas por Gohn (2010) são de produzir aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor bem como aprendizagem e exercício de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos, regadas pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmaras de gestão.

> A aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, gerada pelo acesso a recursos culturais como museus, bibliotecas, shows, palestras etc. A educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, onde são gerados aprendizados, positivos e negativos, inculcam-se valores, mas geram-se também resistência de saberes (GOHN, 2010, p. 36).

Gohn (2010) reforça o caráter complementar da educação não formal para a educação formal quando menciona os processos de aprendizagem gerados a partir da interação entre as modalidades, dando como exemplo as visitas que os alunos fazem a um museu, quando participam ou frequentam atividades de uma ONG que desenvolve atividades recreativas ou esportivas, de forma complementar.

> As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura (GOHN, 2010, p. 36).

As práticas não formais desenvolvem-se no exercício de participação, nas formas institucionalizadas de colegiados e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil. "Em síntese, a educação não formal se desenvolve via – ou com apoio de – organizações (institucionalizadas ou não), movimentos e outras formas de ações coletivas; utilizam meios e recursos educativos específicos" (GOHN, 2010, p. 37).

No próximo tópico, apresentamos os resultados obtidos durante a pesquisa sobre a educação não formal.

2.7 – A educação não formal e pesquisas científicas

Este tópico foi baseado no levantamento realizado no Banco de Teses – CAPES, considerando as pesquisas (teses e dissertações) desenvolvidas em educação não formal.

Gohn (2001) afirma que, até os anos 1980, a educação não formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. "Todas as atenções sempre estiveram concentradas na educação formal, desenvolvida nos aparelhos escolares institucionalizados" (GOHN, 2001, p. 91).

As afirmações de Gohn (2001) foram relevantes para o recorte realizado em pesquisa no Banco de Dados – CAPES. Iniciamos com busca avançada sobre o tema educação não

formal e na sequência, consideramos para análise os trabalhos que apresentavam em suas palavras-chave: educação não formal.

Apontamos, no primeiro momento, quadro demonstrativo com os dados e fizemos uma análise que considerou os objetivos, metodologia e resultados das pesquisas desenvolvidas, aproximando esses estudos da pesquisa desta investigação.

Quadro 01: Dados da busca no Banco de Teses - CAPES

Busca por palavra-chave	51 registros encontrados
Teses de doutorado	10 teses
Dissertações de mestrado	41 dissertações
Ano de conclusão	25 pesquisas no ano de 2011 26 pesquisas no ano de 2012
Instituição/Universidade	01 pesquisa em cada instituição (12 pesquisas): Universidade Estadual do Rio de Janeiro Universidade Potiguar/Natal/RN FUVATES/Lageado PUC/RS UFG/Goiás UNIT/Aracajú Centro Universitário La Salle/RS UFPR/Paraná UFPE/Recife Universidade de São Carlos/SP Centro Universitário de Volta Redonda/RJ 02 pesquisas em cada instituição (28 pesquisas): Fundação Oswaldo Cruz - RJ Universidade Prebisteriana Machenzie/SP Universidade Metodista/São Bernardo do Campo/SP Universidade Estadual Paulista/SP UNISAL/Centro Salesiano/Campinas/SP UNIPLAC/SC UFRS/Porto Alegre UNB/Brasília Universidade Salvador/BA UFPB/Paraíba UFPE/Pernambuco UNICAMP/Campinas/SP UFRJ/RJ UFMA/Maranhão 03 pesquisas em cada instituição (06 pesquisas): UNINOVE/SP PUC/SP 05 pesquisas na instituição (05 pesquisas): USP/SP
Área de conhecimento	Pesquisas desenvolvidas: 01 em Planejamento Educacional 01 em Serviço Social 01 em Ciências Ambientais 01 em Saúde Coletiva

	02 em Administração 02 em Ensino de Ciências e Matemática 02 em Planejamento Urbano e Regional 03 em Artes 03 em Sociais e Humanas 35 em Educação

Fonte: Banco de teses – Capes, org. Andréa C. G. Meira, 2015.

O desenvolvimento deste tópico considerou estudo dos 51 resumos das pesquisas realizadas (teses e dissertações) que apresentavam entre as palavras-chave: educação não formal. Para análise foram considerados os objetivos, metodologia e resultados das pesquisas. Apresentamos assim, algumas observações que aproximam esta pesquisa em educação não formal a outras já realizadas.

As pesquisas foram realizadas em grande parte, na área de conhecimento em Educação, seguida pela área de Ciência Social/Humanas e, depois, área de Serviço Social. O número maior de pesquisas com a temática educação não formal foi encontrado no estado de São Paulo, mais precisamente, na USP – Universidade de São Paulo.

Identificamos e elaboramos uma síntese dos principais objetivos que nortearam as pesquisas desenvolvidas em educação não formal, a saber: a) discutir a relação entre a educação não formal e educação formal no desenvolvimento do sujeito; b) análise da proposta em educação não formal de uma dada instituição; c) estudo e análise de experiências em educação não formal na construção da cidadania; d) estabelecer relação entre as modalidades de educação não formal e formal através de práticas educativas; e) investigar as instituições para crianças e adolescentes e se suas ações configuram na educação não formal enquanto perspectiva educativa; f) investigar ideias de crianças e adolescentes frequentadores de instituições de educação não formal; g) refletir quanto à importância dos espaços não formais de educação; h) investigar as representações sociais dos educadores e um programa de educação não formal; i) analisar e problematizar a atuação e formação dos profissionais atuantes na educação não formal; j) superar a compreensão da educação restrita ao modelo formal; k) reflexão sobre práticas em educação não formal nas modalidades de educação especial, ensino de artes, matemática e outras áreas; l) estudar a prática do educador social em seus aspectos psicológicos; m) interpretar o sentido e as possibilidades emancipatórias da educação não formal.

Grande parte das pesquisas desenvolvidas em educação não formal considerou a observação, análise e descrição de práticas e experiências educativas de uma determinada realidade, em sua maioria fora do contexto escolar. Em algumas pesquisas, observamos a investigação de ações práticas educativas relacionadas aos conteúdos da educação formal.

Quanto à metodologia utilizada no desenvolvimento das pesquisas, houve predomínio em pesquisas qualitativas, baseadas em estudo de caso, e consideraram como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação participante/não participante e questionários, algumas documentais e outras por meio da pesquisa-ação e do método história oral.

Elencamos alguns dos principais resultados alcançados nas pesquisas desenvolvidas de educação não formal: I) observação de que a educação não formal, quando institucionalizada, está restrita a um pequeno número de pessoas; II) crescente, embora incipiente, consolidação da modalidade de educação não formal, através do conhecimento de suas práticas educativas; III) confirmação quanto a sua importância na formação para cidadania; IV) relação com, e complementação da modalidade de educação formal; V) revelou concepções dos profissionais, atuantes ou não, quanto à modalidade de educação não formal, esclarecimento quanto terminologia; VI) consciência profissional (dos educadores) quanto seu papel na mediação e desenvolvimento dos sujeitos envolvidos na educação não formal; VII) importância na formação de educadores sociais; VIII) considerações precisas do campo da educação não formal e compreensão da sua importância; IX) conhecimento quanto às especificidades dos processos e práticas em educação não formal; X) reconhecimento da educação não formal enquanto estratégia preventiva dos riscos sociais.

Enquanto campo de pesquisa, Caro e Guzzo (2004) afirmam que o conceito de educação não formal tem crescido e evoluído de forma bastante notável. A etiqueta "educação não formal" aparece já nos planos de estudos dirigidos à formação de distintos profissionais de educação, e com ela identificam-se numerosas realizações que não param de estender e diversificar o heterogêneo setor não formal.

No campo da educação não formal, estabelecem-se interfaces com outras modalidades de educação, não se contrapondo a nenhuma. Ao contrário, é proposta complementar, seu caráter universal ressalta sua peculiar característica enquanto prática educativa fora do contexto escolar, cujo objetivo é a formação cidadã.

A modalidade de educação não formal pode ser entendida também por meio das práticas em educação não escolar, extraescolar e educação alternativa, relacionando-se com a educação integral, popular e outras, com as quais não deve ser confundida, devido ao recorte social e conteúdos escolares propostos nessas modalidades.

Quanto às atividades desenvolvidas na modalidade educação não formais, destacamos o fato de que são desenvolvidas em espaços não escolares, com diversas possibilidades, com

intencionalidade, ação coletiva e um público específico. Destaca Gohn (2001) que existe flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos organizados segundo os objetivos de cada grupo.

"A educação não formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa se desenvolver, pois a cultua faz parte da identidade do ser humano, e os valores são imprescindíveis em sua formação" (CARO & GUZZO, 2004, p. 37). Essa educação acontece pelas iniciativas de movimentos populares, associações democráticas, organizações, que visam à mudança social, entre outras. Tem um caráter transformador, pois possibilita que os atendidos sejam conscientizados do seu valor e da importância de serem cidadãos conscientes ao atuarem em sua realidade, viabilizando o resgate de sua própria dignidade e a de outros.

Diante de tantas possibilidades reveladas através da proposta de educação não formal, o campo da pesquisa científica em educação não formal precisa ser estimulado uma vez que o fato de existirem leis específicas para oferecimento de ações fora da escola não significa a garantia de sua existência e tampouco obrigatoriedade de projetos nessa área. Do mesmo modo, ações práticas na modalidade de educação não formal estão acontecendo sem a utilização da terminologia adequada.

Considerando Park, Fernandes e Carnicel (2007) quando afirmam que, devido ao fato de a educação não formal ser um campo em constituição, compreendê-la pode tornar-se mais simples através do estudo e descrição de ações práticas em instituições. O próximo capítulo desta pesquisa evidencia a caracterização do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin através da descrição e análise de sua prática educativa.

III – A PRÁTICA EDUCATIVA NÃO FORMAL NO CJPLR E O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

O principal objetivo no desenvolvimento deste capítulo é o de responder a algumas questões levantadas no início desta pesquisa; assim, através de um recorte temporal evidenciamos as atividades desenvolvidas na prática educativa do CJPLR, no ano de 2014, relacionando-as com a proposta da modalidade de educação não formal.

Para tal, elencamos algumas categorias de análise e apontamos ao final do capítulo: 1) quais são as atividades desenvolvidas na prática educativa do CJPLR? 2) Que atividades estão relacionadas com a proposta da modalidade de educação não formal? 3) Quais as possibilidades de desenvolvimento do sujeito que frequenta o CJPLR?

A metodologia utilizada baseia-se nos referencias teóricos utilizados, entre eles: Freire (1979 e 1996), Vygotsky (1996 e 1998), Gohn (2001), Caro e Guzzo (2004), Fernandes e Park (2005), Fernandes, Park e Carnicel (2007), Brandão (2007), Ghanem & Trilla (2008), Libâneo (2010) e Saviani (2009 e 2013).

3.1 – Atividades desenvolvidas no ano de 2014 e suas relações com a proposta em educação não formal no CJPLR

Este tópico tem como objetivo apresentar como ocorre a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, através das atividades diárias, oficinas, projetos e apresentações, considerando o recorte das principais atividades desenvolvidas no ano de 2014, entre elas, os musicais, oficinas e projetos.

As atividades desenvolvidas no recorte temporal são descritas e ilustradas com imagens, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas e consulta ao acervo do arquivo do CJPLR. As entrevistas foram realizadas com a coordenadora local do CJPLR e com o psicólogo responsável pelo desenvolvimento das oficinas.

A foto que segue mostra o grupo de alunos matriculados na instituição, no ano de 2014, em dois momentos: um, na instituição, e o outro, após apresentação em evento cultural. O cenário lembra uma sala de aula, que de fato existe no CJPLR, na qual são repassadas as orientações teóricas paras as atividades desenvolvidas.

Figura 09: Alunos matriculados no CJPLR ano de 2014.

Fonte: Arquivo disponibilizado pelo CJPLR – 2014.

Figura 10: Apresentação dos alunos matriculados no CJPLR ano de 2014.

Fonte: Arquivo disponibilizado pelo CJPLR – 2014.

Norteadas pela Proposta Político Pedagógica, as práticas educativas descritas foram desenvolvidas no ano de 2014 da seguinte forma: a) espaço e horário para realização de deveres escolares; b) desenvolvimento de habilidades teatrais, de acordo com musical

escolhido; c) aulas de patinação e artes circenses; d) aulas de computação (em laboratório próprio); e) apresentação, em nível municipal e intermunicipal, dos musicais e patinação artística.

Segundo a coordenadora, o espaço destinado às atividades artísticas tem como objetivo desenvolver no aluno sua competência estética e artística, nas modalidades da área de arte (artes visuais, dança, música, teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais, quanto para que possam, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos distintos. Ela acredita que as atividades artísticas desenvolvidas poderão levar os alunos à reflexão, ampliação e reelaboração do conhecimento.

As atividades educativas desenvolvidas, no ano de 2014, foram monitoradas e/ou desenvolvidas por profissionais específicos, de acordo com habilidade que cada atividade exige.

O quadro atual de funcionários conta com 14 profissionais: 2 (dois) professores, 1 (uma) cozinheira, 1 (uma) zeladora, 2 (duas) costureiras, 7 (sete) monitores de oficinas e 1 (uma) coordenadora. A formação dos professores com curso superior é: um com licenciatura em educação física e outro licenciatura em letras (português/inglês). Os monitores de oficina que estão cursando o ensino superior são: 1 (um) em pedagogia, 1 (um) contabilidade e 2 (dois) em educação física. Os demais monitores têm ensino médio e habilidades específicas para as atividades circenses. Duas oficinas são desenvolvidas por profissional de psicologia, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

A confecção dos figurinos e cenário dos musicais é responsabilidade dos profissionais do CJPLR, que conta com equipamentos de costura e profissionais habilitados na confecção das roupas. O cenário também é produzido na instituição com recursos da Secretaria Municipal de Educação. Nos espetáculos que envolvem também alunos das escolas em tempo integral, os figurinos ficam sob a responsabilidade de cada escola.

3.2 – Os Musicais do CJPLR no ano de 2014

A ideia de realizar os musicais, segundo a coordenadora do CJPLR, surgiu como teste e, com o sucesso, as apresentações ganharam sequência. No CJPLR, a professora de educação física é responsável pela coordenação dos musicais. Ela define algumas opções de musicais, a seleção de alunos, ensaios, coreografias, elaboração de figurinos, cenário, entre outros.

A coordenadora destaca que, antes de iniciar os ensaios para um musical e definir os papéis, existe um preparo que possibilita contato com o filme que será apresentado. Os alunos

participam da escolha do musical, após apresentadas algumas opções; há escolha das músicas e discussão sobre os personagens envolvidos na trama. Para os musicais, há envolvimento dos professores e monitores de oficina, nos ensaios, no entanto são supervisionados e orientados pela professora de educação física.

O critério utilizado na escolha dos alunos e personagens considera a aptidão individual, aspectos físicos e possibilidade de desenvolver no aluno protagonista alguma necessidade em especial, como, por exemplo, diminuição da timidez, reforço da autoestima, entre outros. Há alternância de alunos protagonistas de um espetáculo para outro, com consenso grupal nessa escolha.

Segundo a coordenadora do CJPLR, o resultado positivo e o sucesso alcançado em cada espetáculo é fruto da dedicação e apoio da equipe e dos investimentos da Secretaria Municipal de Educação. Considera que cada espetáculo é capaz de elevar a autoestima das crianças e adolescentes envolvidos, desperta neles o interesse pela arte e trabalho em equipe, pois a atividade exige um pouco de cada um, desenvolve seus aspectos cognitivos, físicos e sociais.

As apresentações realizadas fora do CJPLR são propostas do Programa de Extensão Comunitária[3]. No ano de 2014, foram realizados 3 (três) espetáculos musicais: 1) A Fantástica Fábrica de Chocolate; 2) Enrolados; 3) Malévola.

Não há obrigatoriedade de participação nos musicais, no entanto, segundo a coordenadora, 90% dos alunos participam por iniciativa própria. Os espetáculos musicais são enriquecidos com a participação dos alunos das escolas municipais em tempo integral que realizam os ensaios em suas respectivas escolas, também sob a coordenação da profissional de educação física do CJPLR. Atualmente, no município, são 3 (três) escolas em tempo integral que participam junto com o CJPLR dos espetáculos musicais.

O CJPLR possui um acervo próprio com fotos e filmagens dos espetáculos, disponibilizados para os alunos, quando há interesse. O acervo também está disposição na Secretaria Municipal de Educação; as fotos utilizadas aqui fazem parte deles e são utilizadas nos veículos de comunicação impresso e digital. Na sequência, duas fotos para cada um dos 03 (três) musicais apresentados no ano de 2014, representando cenas distintas. A Fantástica Fábrica de Chocolates foi o primeiro musical apresentado no ano de 2014, os ensaios iniciaram com o ano letivo do CJPLR, e a apresentação realizada no mês de abril.

[3]O Programa de Extensão Comunitária constitui um equipamento social à disposição da comunidade para o desenvolvimento de um trabalho integrado de educação e cultura. As apresentações são preparadas nas oficinas no CJPLR e disponibilizadas através de apresentações diversas.

Figura 11: Musical A Fantástica Fábrica de Chocolates – abril de 2014 – cena 01.

Fonte: Jornal Liberal – 2014.

Figura 12: Musical A Fantástica Fábrica de Chocolates – abril de 2014 – cena 02.

Fonte: Jornal Liberal e Foto Sul Color – 2014.

O segundo musical apresentado, denominado Enrolados, com ensaios compreendidos entre os meses de maio a julho e apresentação ao público no mês de agosto do ano de 2014. O diferencial nesse espetáculo foi a venda de produtos confeccionados pelo CJPLR, com recursos revertidos para instituição.

Figura 13: Musical Enrolados – agosto de 2014 – cena 01.

Fonte: Arquivo CJPLR – 2014.

Figura 14: Musical Enrolados (momento final) – agosto de 2014 – cena 02.

Fonte: Arquivo CJPLR – 2014.

O musical Malévola foi descrito pela coordenadora como um grande desafio, pela complexidade do cenário, figurino, personagens e local de apresentação.

Figura 15: Musical Malévola – dezembro de 2014 – cena 01.

Fonte: Arquivo CJPLR 2014.

Figura 16: Musical Malévola – dezembro de 2014 – cena 02.

Fonte: Foto Sul Color – 2014.

O musical foi apresentado no Centro Esportivo Municipal, diferentemente de outros, realizados na Casa da Cultura Professor Antonio Baccin. Foi considerado para escolha do local a acústica, espaço físico e iluminação, desse modo, não houve a costumeira reapresentação.

Os ensaios para os musicais acontecem no CJPLR, não são diários, fazem parte da carga horária do CJPLR distribuída entre as demais oficinas e atividades. Acontecem, em média, 2 (duas) vezes por semana, são intensificados nas semanas que antecedem apresentação, realizados a partir de então no local da apresentação.

Para todos os musicais são produzidas camisetas temáticas, usadas pelos integrantes do espetáculo, e disponíveis para compra, com recursos revertidos para a instituição. Essas camisetas são utilizadas nos dias que antecedem aos musicais como forma de divulgação. Também são confeccionados panfletos para divulgação devidamente distribuídos em escolas, locais públicos, entre outros, sendo a entrada franca, na Casa da Cultura Prof. Antônio Baccin, tanto para estreias como reapresentações.

Destaca a coordenadora que o contato com expressões artísticas desenvolve de forma sincronizada e harmoniosa o lúdico e o educativo, e promove maior concentração, desenvolvimento de habilidades motoras, físicas e psicológicas bem como autoestima, capacidade de expressão e diminuição da timidez.

3.3 - As oficinas desenvolvidas no CJPLR no ano de 2014

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin visa possibilitar o acesso ao mundo da cultura e ampliar o leque de atendimento de ações que buscam inserção social e educacional, oferece aos seus alunos oficinas diversificadas, com possibilidade dele participar de todas. Segundo a coordenadora, não há problemas quanto às vagas nas oficinas, pois tratando-se de artes circenses e patinação acontece uma seleção natural. Normalmente os meninos preferem artes circenses e as meninas patinação, embora este não seja um critério de seleção.

A oficina de artes circenses tem como objetivo mostrar a importância das atividades do circo enquanto resgate cultural e instrumento para melhora da qualidade de vida, através do exercício físico.

Os alunos têm aulas semanais de acrobacia, equilibrismo, contorcionismo, dramaturgia cômica, malabares e pirofagia. O monitor da oficina de artes circenses, um ex-aluno possui habilidade para treino da atividade. As fotos a seguir ilustram dois momentos de apresentações da arte circense, um show de pirofagia e outro de acrobacia.

Figura 17: Apresentação artes circenses 2014 – Pirofagia.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 18: Apresentação artes circenses 2014 – Malabares.

Fonte: Arquivo CJPLR – 2014.

A participação na oficina de patinação é de acordo com o interesse e aptidão de cada criança e/ou adolescente, cuja opção é feita no início do ano, na matrícula, e a permanência na oficina é por todo ano letivo (destaca a coordenadora).

Considerando que o esporte está intrinsecamente ligado à educação, as experiências desenvolvidas com os alunos mediante as atividades esportivas objetivam melhora no desempenho escolar. Assim, são as atividades de educação física realizadas por todos os alunos do CJPLR.

O grupo envolvido nas atividades de patinação participou de eventos intermunicipais e municipais. A oficina de artes circenses realizou apresentações em eventos municipais, escolas e nos musicais.

Quanto ao figurino para apresentações circenses, patinação e equipamentos, afirma a coordenadora, os figurinos são confeccionados no CJPLR assim como para os musicais. Quanto ao par de patins, necessário para patinação, o aluno fica com a opção de adquirir o seu par, mas o CJPLR conta com um acervo de patins próprios que são emprestados para treinos e apresentações, adquiridos conforme as necessidades do grupo.

A patinação artística sobre rodas tem como objetivo o desenvolvimento motor e psíquico da criança e/ou adolescente, trabalhando flexibilidade e o equilíbrio emocional. A oficina é responsabilidade de um monitor com curso de patinação, no momento, acadêmico cursando educação física. As aulas e ensaios são realizados fora do CJPLR, devido à necessidade de piso apropriado, construído na instituição, no entanto, ainda não atendendo as exigências necessárias.

O grupo de patinação iniciou suas atividades no ano de 2011, segundo a coordenadora, e até o momento são observados muitos resultados positivos, tanto nas apresentações, quanto nos campeonatos de que o grupo tem participado.

O município de Realeza, no ano de 2014, foi sede do VII Campeonato Interrestadual de Patinação Artística, no qual, o grupo de patinação do CJPLR participou juntamente com outros municípios, inclusive alguns do estado de Santa Catarina. Entre as 16 (dezesseis) categorias, nas quais participou, obteve 10 (dez) medalhas de 1º Lugar, no total de 15 medalhas do grupo.

O professor de patinação no CJPLR, responsável pelo grupo, destacou-se no campeonato, recebeu troféu de melhor patinador da categoria. As coreografias do grupo de patinação do CJPLR receberam outros dois troféus. O grupo de patinação participou de seu 1º musical – Malévola bem como apresentou, no município e em municípios vizinhos, as

coreografias ensaiadas e apresentadas no campeonato. As imagens ilustram dois momentos distintos do Grupo de Patinação do CJPLR.

Figura 19: Grupo de Patinação – 2014

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 20: Apresentação de patinação 2014.

Fonte: Jornal Liberal 2014.

Com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram promovidos no ano de 2014, dois projetos voltados aos alunos, desenvolvidos e coordenados por um psicólogo. Aconteceu uma vez por semana, com intuito de trabalhar aspectos emocionais, compromissos com a vida acadêmica, preparação para a vida profissional, buscando ampliar o repertório dos alunos para que, saindo do Centro Juvenil, possam interagir com maior facilidade com a sociedade, enfatizou o psicólogo responsável pelo projeto.

Destacou o psicólogo, responsável pelos projetos Orientação Vocacional (OVP) e Conduta e Cidadania, em entrevista, que a criança, ao passar para fase da adolescência, depara-se com muitas transformações, tanto em seu aspecto físico como em sua forma de agir e pensar.

Mudanças são observadas também em sua personalidade, consequentemente, em suas relações sociais. As ações desenvolvidas nos projetos envolvem suas condutas diante de situações diversas e adversas da vida; assim, a partir das experiências e da relação com o outro, buscam formar cidadãos conscientes e críticos.

O Projeto Orientação Vocacional e Profissional, segundo o psicólogo, parte do princípio de que a construção de um projeto de vida inicia-se na adolescência, período marcado por mudanças que influenciam diretamente o futuro do adolescente, que se depara constantemente com dúvidas e incertezas relacionadas ao mercado de trabalho.

Destaca o responsável pelo projeto OVP que pensar em uma profissão implica a escolha entre opções que, por vezes, levam o adolescente a fazer escolhas desconsiderando itens importantes, como aptidão profissional, pessoal e mercado de trabalho.

A orientação vocacional pode ser definida como um processo de autoconhecimento e conhecimento do mercado de trabalho, objetivando orientar os adolescentes na escolha de sua profissão futura, considerando seu perfil e reduzindo o risco de frustrações futuras no âmbito profissional.

O projeto OVP foi dividido em três momentos, a saber:

1) conhecimento das profissões, análise do perfil profissional, aplicação de testes vocacionais e de personalidade;

2) entrevistas com profissionais, pesquisas e visitas;

3) desenvolvimento de um seminário, no qual apresentam as profissões pesquisadas, aos colegas, além de informações quanto às profissões, depoimentos pessoais quanto às impressões sobres profissões escolhidas e analisadas na prática.

Os alunos do CJPLR que participaram das visitas às secretarias da Prefeitura Municipal para realização da atividade proposta na oficina de OVP foram alunos do ensino médio e do 9º ano do Ensino Fundamental, divididos em grupos. Cada um ficou responsável em pesquisar e coletar informações para, posteriormente, serem repassadas em seminário profissional na instituição, através de trocas de experiências.

Todas as secretarias foram visitadas e dentro das opções profissionais distintas: médicos, enfermeiros, contador, nutricionista, engenheiro civil, assistente social, entre outros.

O psicólogo considerou o momento muito rico, pois alguns alunos reafirmaram suas pré-escolhas profissionais, outros ficaram em dúvida (despertando interesses diversos), alguns mudaram de ideia. Ele destaca que os adolescentes têm vários sonhos e desejos, anseiam por respostas e, nessa busca, nem sempre as encontram. Ressalta a importância do projeto quando menciona que, muitas vezes, a escola, a sociedade e a própria família não estão preparadas para oferecer essas respostas, principalmente, nos dias atuais, em que se enfrenta a imposição do mundo externo, assim o projeto torna-se uma ferramenta auxiliar no desenvolvimento dos adolescentes.

O projeto OVP oportunizou aos alunos visita em duas instituições de ensino superior, quando os alunos tiveram oportunidade de estar em contato direto com alguns cursos de seus interesses. As instituições visitadas foram FAMPER – faculdade no município de Ampére e FAG – Faculdade Assis Gurgacz no município de Cascavel.

As instituições de ensino superior visitadas são particulares, não havendo, segundo o profissional responsável, critério de escolha que levasse em consideração essa especificidade. Para escolha da instituição, foram considerados fatores como, data compatível com as demais atividades dos alunos, disponibilidade de transporte e da instituição a ser visitada.

De acordo com o psicólogo, houve procura para visitas em instituições públicas, no entanto, fatores como indisponibilidade (no momento) de programa para visitação e orientação vocacional, e também os períodos de greve impossibilitaram a visitação.

Destacou o profissional que a atenção foi dispensada para os cursos de interesses dos alunos, independentemente de a instituição ser pública ou privada. As imagens que seguem ilustram momentos distintos do projeto OVP, ou seja, visita às secretarias municipais e as instituições de ensino superior. A primeira registrou o momento da visita ao consultório e profissional de odontologia, a segunda, ao gabinete do Prefeito Municipal, após visita à Secretaria de Administração.

Figura 21: Projeto Orientação Vocacional – OVP: Visita à Secretária de Saúde, Setor de Odontologia.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 22: Projeto Orientação Vocacional – OVP: Visita à Secretaria de Administração – Gabinete do Prefeito.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 23: Projeto Orientação Vocacional: Visita à Faculdade FAMPER – Ampére – PR.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 24: Projeto Orientação Vocacional: Visita Faculdade FAG – Cascavel – PR.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Na elaboração do Projeto Conduta e Cidadania, foram considerados os aspectos atuais da sociedade, no qual é observado que o consumo de bebidas alcoólicas, drogas (ilícitas) e tabaco, inicia-se muito cedo, por muitos ainda na infância. Substâncias presentes na realidade de muitos adolescentes que, negativamente influenciados, ficam vulneráveis diante da possibilidade e desejo do consumo de drogas.

Nesse contexto, o psicólogo destaca a importância do projeto na vida dos adolescentes, uma vez que a adolescência trata-se de um período marcado por mudanças e curiosidade, tornando-se vulneráveis aos estímulos e influências. O responsável pelo desenvolvimento do Projeto Conduta e Cidadania (2014) afirma que o principal objetivo é atender a necessidade de uma educação preventiva e conscientizadora dos alunos quanto aos efeitos e consequências causados por tais substâncias, em particular ao desenvolvimento físico e psíquico. O adolescente está se firmando perante a sociedade, enquanto pessoa, como sujeito munido de direitos e deveres, passando por um processo de formação de identidade que é considerada como processo integrador de transformações pessoais, das exigências sociais e das experiências em relação ao futuro.

As atividades do Projeto Conduta e Cidadania são distribuídas da seguinte forma:

- ✓ palestras informativas com assuntos de interesse dos adolescentes (sexualidade, drogas, orientação vocacional e participação social);
- ✓ desenvolvimento de gincanas em que a competição objetiva motivação do aprendizado, desenvolvimento e formação dos adolescentes.

Dentro do projeto Conduta e Cidadania, foram envolvidos todos os alunos do CJPLR que, divididos em grupos, desenvolveram atividades na forma de gincana, ficando cada grupo responsável por um assunto específico. Entre os temas, destacaram-se drogas, álcool, tabaco e participação social.

Para o desenvolvimento desse projeto, os alunos do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin foram divididos em 04 (quatro) grupos, cada um com seu líder, nome de equipe e símbolo. O trabalho de escolha do líder, nome da equipe e do símbolo foi uma ação em conjunto entre os membros de cada equipe. Depois de definido o nome e símbolo, receberam suas camisetas para então iniciar o trabalho de campo.

Os alunos tinham como responsabilidade realizar uma pesquisa capaz de possibilitar conhecimento, primeiramente para eles; posteriormente, foi repassado para os alunos das 4 (quatro) turmas de 5º anos das escolas municipais em tempo integral, na forma de palestras informativas, dinâmicas de grupo, vídeos temáticos, entre outros.

As imagens a seguir ilustram dois grupos de alunos, desenvolvendo atividades em duas escolas da rede municipal.

Figura 25: Projeto Conduta e Cidadania: Palestra Escola Municipal Santo Antônio.

Fonte: Arquivo CJPLR.

Figura 26: Projeto Conduta e Cidadania: Palestras Escola Municipal Menino Jesus.

Fonte: Arquivo CJPLR.

O Projeto Conduta e Cidadania – dividido em duas oficinas: 1) Orientação Vocacional e Profissional (OVP); 2) Prevenção nas Escolas – foi desenvolvido no ano de 2014, e segundo o psicólogo, deve permanecer com adaptações nos próximos anos.

Para a coordenadora, é importante que adequações sejam feitas periodicamente, para oferecer atividades diversificadas, tanto na parte artística como física bem como outras que possam abranger, de forma mais específica, o mercado de trabalho, a vida social e a escolha profissional para que os adolescentes possam sair do CJPLR preparados para a vida e para o mercado de trabalho. Este destaque vai ao encontro da afirmação de Gohn (2001) de que o ato de ensinar também se realiza de forma mais espontânea, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado, de estabelecer finalidades que se destinam às práticas. "A estes aspectos incorpora um diferencial: a preocupação com a mudança ou transformação social por buscarem projetos de desenvolvimento" (FERNANDES; PARK, 2007, p. 131).

Dessa forma, ao final de cada ano, é realizada com a equipe do CJPLR avaliação das atividades desenvolvidas e consideram novas propostas e projetos, sempre de cunho educativo, com o objetivo de atender cada vez melhor os alunos e adolescentes na instituição matriculados. Segundo a coordenadora, para o ano de 2015, foi adicionado às oficinas o Grupo de Sapateado, e estão definidos os musicais Frozen e Shrek.

3.4 – As relações estabelecidas

Este tópico tem como objetivo indicar possíveis relações entre a prática educativa não formal e a prática educativa desenvolvida através das atividades e oficinas do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin. Consideramos Park, Fernandes e Carnicel (2007) quando afirmam que, por ser um campo em constituição, compreender o que vem a ser educação não formal, torna-se possível através do estudo e descrição de ações práticas que acontecem, por vezes, mesmo antes do estabelecimento de uma nomenclatura específica.

Considerando o referencial teórico quanto à modalidade de educação não formal de Gohn (2001 e 2010), Libâneo (2010), Brandão (2007), Park, Fernandes & Carnicel (2005) e Caro e Guzzo (2004), a descrição das atividades desenvolvidas no CJPLR e o levantamento de dados através de entrevistas, aplicação de questionários e estudo da PPP, elencamos quatro categorias de análise capazes de relacionar a proposta em educação não formal e a prática educativa do CJPLR.

Quadro 02: A proposta em educação não formal e a prática educativa do CJPLR.

Categorias de análise (proposta em educação não formal)	A prática educativa no CJPLR (atividades 2014 e PPP)
1- Caráter intencional, institucionalizado, além do contexto escolar, complementar à família e escola.	1. Atendimento de crianças e/ou adolescentes em caráter complementar à escola. O CJPLR é uma instituição devidamente constituída, não escolar.
2- Atividades alternativas de conteúdos flexíveis, desenvolvidas de modo coletivo através do compartilhamento de experiências. Aprendizagem e práticas que valorizam a cultura, capazes de capacitar os indivíduos na mudança social e formação para cidadania.	2. Atividades que possibilitam maior entendimento da cultura no processo de formação do cidadão. Atendimento em caráter grupal com objetivo de formar para cidadania. O projeto conduta e cidadania desenvolve palestras de orientação que, organizadas pelos alunos do CJPLR são apresentadas em escolas municipais.
3- O campo da educação não formal prevê a existência de projetos socioeducativos (prática extra-muro escolar) para crianças, adolescentes e/ou adultos. Não é organizada por séries, idades e/ou conteúdos pré-estabelecidos.	3. Ação sócioeducativa em meio aberto, complementar à família e à escola. Oficinas diversificadas (patinação, teatro, artes circenses, educação física e reforço escolar) para todos os alunos, na faixa etária que compreende o atendimento do CJPLR.
4- Educação para direitos humanos, para justiça social, liberdade, igualdade e respeito às diversidades.	4. Educação para o desenvolvimento integral da criança e/ou adolescente. Oferece apoio, acompanhando avanços e perspectivas de mudança social.

Org.: Andréa Carla Guimarães de Meira, 2015.

O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, enquanto projeto socioeducativo, mantém, desde sua fundação, a preocupação com mudança e/ou transformação social, através de ações educativas, relacionando-se com a prática de educação não formal.

Para Fernandes (2006), a vivência num espaço de educação não formal, que se diferencia da formal pela maior flexibilidade de tempo e liberdade para escolher os conteúdos a serem desenvolvidos bem como por ser uma escolha de iniciativa voluntária e não obrigatória, permite a conquista de valores humanos mais positivos, o desenvolvimento da autoconfiança, da construção da identidade e do sentimento de pertencimento, necessários e indispensáveis para a formação de crianças e jovens.

A vivência e construção de um processo educativo diferenciado, numa instituição que não a escola, favorece um espaço de formação cotidiana e contínua para todos os envolvidos, adultos (educadores), crianças e adolescentes frequentadores. Para Fernandes (2006), esses lugares que abrigam propostas não formais servem como espaços de sociabilidade; as vivências comunitárias e as experiências ajudam a elevar a imaginação, criar e concretizar ideias, aprender a planejar e a dar continuidade. Os frequentadores aprendem a dar valor a si mesmos e receber validação do outro. Nesse sentido, o tópico que segue identifica possíveis contribuições no desenvolvimento do sujeito que frequenta o CJPLR.

3.5 - Perspectivas de desenvolvimento dos alunos que frequentam o CJPLR

No desenvolvimento deste tópico, apresentamos as perspectivas de professores e demais profissionais, pais e alunos quanto ao desenvolvimento possível através da participação das atividades propostas no CJPLR. Para tanto, num dos momentos da pesquisa (observação *in loco*), trabalhamos com questionários, respondido por professores e demais funcionários, pais e alunos.

Professores e demais profissionais, pais e alunos do CJPLR - 2015

O desenvolvimento deste item apresenta inicialmente as respostas dos profissionais envolvidos nas atividades do CJPLR, seus conhecimentos e suas perspectivas quanto ao desenvolvimento dos alunos, através da prática educativa desenvolvida. Para tanto, além das informações já descritas, a observação *in loco* foi importante, juntamente com o questionário (apêndice 06) espontaneamente respondido pelos profissionais.

Quanto à prática educativa desenvolvida através das atividades do CJPLR, 03 profissionais responderam que se trata da modalidade de educação não formal, outros 03 que se trata da modalidade informal e outros 02 da modalidade formal. Dos profissionais que relacionaram a prática educativa do CJPLR com a modalidade de educação não formal, apenas 01 apresentou definição como prática que acontece extra-muro escolar, de caráter complementar à escola.

Quanto ao desenvolvimento dos alunos que frequentam o CJPLR, as respostas reforçam o caráter complementar à escola, quando mencionam que a permanência no CJPLR afasta crianças e adolescentes das situações de vulnerabilidade; a disciplina, o desenvolvimento psicológico e aprimoramento de habilidades físicas foram destacadas como possibilidades no desenvolvimento.

Ao estudar a Proposta Político-pedagógica (2001), já destacamos a confusão conceitual apresentada, que menciona tratar-se de um programa de educação informal. Há confusão entre informal e não formal, acrescida da modalidade formal de educação. No entanto, o trabalho desenvolvido na prática educativa de cada profissional está relacionado às propostas de educação não formal.

Para estabelecer o perfil dos alunos matriculados no ano de 2015 no CJPLR, trabalhamos com 48 (quarenta e oito) questionários, que foram respondidos por crianças e/ou

adolescentes matriculados na instituição. O questionário para os pais foi encaminhado por meio dos alunos.

Quadro 03: Alunos matriculados em 2015

Número de alunos	48 alunos
Sexo Feminino	27 alunas
Sexo Masculino	21 alunos
Faixa etária	Entre 10 a 17 anos, assim distribuídos: 01 aluno com 16 anos 01 aluno com 17 anos 05 alunos com 15 anos 05 alunos com 10 anos 07 alunos com 14 anos 10 alunos com 12 anos 11 alunos com 11 anos
Número de irmãos no CJPLR	13 alunos possuem 1 (um) irmão (ã) no CJPLR 04 alunos possuem 2 (dois) irmãos no CJPLR
Tempo de frequência no CJPLR	15 alunos estão há mais de 03 anos 10 alunos estão há mais de 01 ano 07 alunos estão há mais de 02 anos 17 alunos matricularam-se em 2015

Org.: Andréa Carla Guimarães de Meira, 2015.

O questionário (apêndice 04) realizado com os alunos do CJPLR é composto por questões de múltipla escolha e questões abertas. Analisamos todos os questionários e descrevemos as respostas que consideramos como categorias de análise para demonstrar quais as perspectivas dos alunos quanto ao seu desenvolvimento proporcionadas na prática educativa do CJPLR.

A maioria dos alunos matriculados no CJPLR, estão em idade entre 10 e 12 anos. Declararam que a influência foi de algum colega que já frequentava e pelo interesse nas atividades/oficinas desenvolvidas e por sugestão (determinação) dos pais. Das oficinas desenvolvidas no CJPLR e que são opcionais, as mais procuradas são de patinação e artes circense.

Quanto às atividades que estariam desenvolvendo, caso não frequentassem o CJPLR, as respostas mais observadas foram: ajudar nos afazeres domésticos, jogar no computador, utilizar celular (redes sociais), jogar bola e estudar. Um número pequeno de respostas apontou que estariam "sem fazer nada em casa".

Quadro 04: Contribuições para o aprendizado (questões 12, 14 e 15 - apêndice 04).

Quais os aprendizados que você adquiriu com as atividades do ano de 2014 (musicais, oficinas, Projeto OVP)?	MKB – 15 anos: "A se expressar e escutando palestras que servirão pra ajudar na nossa vida". KC – 12 anos: "Que não devemos fumar". ARA – 16 anos: "Aprendi a conviver em sociedade". GZ – 17 anos: "Nos musicais aprendi a atuar e perdi a timidez, nas oficinas de psicologia descobri minha vocação e, nas visitas às escolas além de aprender sobre os assuntos que recebemos para debater com as crianças, aprendi como se portar diante de uma criança, ou seja, ter paciência". LV – 14 anos: "Que em grupo podemos nos ajudar". TMZS – 14 anos: "Nos musicais e nos teatros aprendi a demonstrar meus sentimentos e me expor mais. Também melhorei meu raciocínio e pude até me conhecer melhor, além de todos os conhecimentos que adquiri". GRH – 16 anos: "Ser mais dedicada, ter responsabilidade, agir coletivamente e também a lidar com os problemas do nosso cotidiano".
O que mudou em você/ou na sua vida com sua participação no CJPLR?	CECL – 14 anos: "Mudou tudo antes eu era vadio agora não". GRH – 16 anos: "Me ajudou a descobrir o que eu quero para minha vida, me tornando mais responsável e desenvolvendo meu lado artístico". ARA – 15 anos: "Mudou meu comportamento fiquei mais responsável". TMZS – 15 anos: "Mudou meu comportamento, criei responsabilidade, aprendi a ter liderança, lidar com muitas situações, aprendi a controlar meu emocional". AR – 11 anos: "Eu era muito sozinha, quis vir para formar amizades e mudar o resto de mim". TEZS – 14 anos: "Mudou a minha rotina, alimentação ficou mais saudável, fui o melhor aluno na escola no ano de 2014". MASA – 14 anos: "Muitas coisas eu era estressado com tudo e comecei a frequentar o Centro Juvenil e me acalmei". BED – 11 anos: "Muitas coisas pois quando eu não vinha aqui eu não fazia exercício físico e vivia brincando de coisas nada a ver".
Quais os destaques que você faz quanto às atividades do CJPLR, que possam concluir para seu desenvolvimento?	GRH – 16 anos: "Patinação e sapateado me ajudaram a desenvolver minha parte física, a oficina de psicologia me ajudou a lidar com meus problemas e a descobrir algumas profissões em que posso seguir e me ajudando a ser uma pessoa mais dedicada, desenvolvendo meu lado intelectual e artístico". ARA – 15 anos: "Desenvolvimento psicológico e físico, aprendi que devemos gostar de algumas coisas que geralmente não achava legal e que quero seguir na vida fazendo faculdade de engenharia, aprendi a liderar". TMZS – 15 anos: "No estágio da OVP pude estagiar no Posto Central na área de farmacêutica e da bioquímica e pude ver que não é isso que eu quero. Com a patinação pude melhorar meu condicionamento físico (corpo saudável). Além do desenvolvimento intelectual, artístico e físico". NFPS – 15 anos: "A oficina de psicologia me fez crescer muito e com os projetos de patinação e esportes me ajudou muito e houve muita mudança em minha estrutura física". TER – 13 anos: "A me controlar, a respeitar os limites dos outros, na oficina de psicologia aprendi debater, conhecer meu limite psicológico, aprendi a expressar minha criatividade'. LRFG – 13 anos: "Melhorei meu desenvolvimento quanto minha paixão pela música, comecei a pintar, o que nem pensava que me daria bem".

Org.: Andréa Carla Guimarães de Meira, 2015.

Para Caro e Guzzo (2004), além do bem estar que as atividades da educação não formal proporcionam aos seus educandos, elas têm como objetivo chegar a toda família e contribuir para a formação integral do indivíduo, oferecendo inclusive condições de conduzi-lo ao mercado de trabalho

> A educação não formal forma o indivíduo para a vida, retirando-o das ruas, das drogas, dos furtos, do ócio e, ainda resgata a autoestima, munindo-o de condições para desenvolver sentimentos de autovalorização. Os indivíduos que fazem parte desse processo conseguem ter uma educação mais significativa, pois está voltada para o conhecimento da sua própria prática, levando o educando a ler o seu cotidiano de maneira crítica e possibilitando um observar diferente quanto ao mundo que o cerca (CARO & GUZZO, 2004, p. 38).

No CJPLR, são atendidas 31 famílias, para as quais encaminhamos questionários; nessas famílias, estão distribuídos os 48 alunos matriculados no CJPLR no ano de 2015. Apresentamos, na sequência, os dados sistematizados do questionário realizado com os pais (apêndice 05).

Quadro 05: Perfil quantitativo dos sujeitos da pesquisa (questionário pais).

Questionários encaminhados	31 questionários
Questionários respondidos (família)	13 questionários
Alunos compreendidos nos questionários respondidos	17 alunos
Número de filhos matriculados no CJPLR	03 famílias com dois filhos 10 famílias com um filho
Tempo de frequência no CJPLR	01 aluno há 04 anos 01 aluno há 11 anos 02 alunos há 7 anos 02 alunos há 8 anos 03 alunos há 03 anos 04 alunos há 02 anos 04 alunos há 01 ano
Idade dos alunos (dados para esse questionário)	01 aluno com 16 anos 01 aluno com 10 anos 03 alunos com 11 anos 05 alunos com 13 anos 07 alunos com 15 anos

Org.: Andréa Carla Guimarães de Meira, 2015.

Sobre os motivos que levaram os pais a matricular seu (s) filho (s) no CJPLR, a maioria das respostas foram: a) ele (a) pediu para participar; b) mantê-lo ocupado; c) ter assistido algumas apresentações (musicais, patinação e artes circenses). Alguns depoimentos qualificam da seguinte maneira: “Admiro projeto e acho de extrema importância para a educação do meu filho” (E.L.F. mãe de aluno que frequenta o CJPLR há 07 anos).

Indagado quanto aos aspectos positivos e negativos para avaliação do CJPLR, destacamos alguns depoimentos quanto aos aspectos negativos: “Colocar no meio desses adolescentes menores infratores que iam cumprir medida sócio-educativa” (N. R. mãe de aluno); “Quem deveria melhorar seria o município dando mais apoio e estímulo aos pequenos artistas”(S. W. mãe de aluno). Quanto aos aspectos positivos: “Estímulo a dedicação com os estudos, importância de participar em todas as atividades” (E.L. F. mãe de aluno); “O nível está ótimo, devem trabalhar para manter esse nível” (N. S. pai de aluno); “Está ótimo, poderiam ter mais horas para reforço escolar e fazer tarefas” (C. R. mãe de aluno); “Não tenho aspectos negativos, minha filha gosta de participar das atividades propostas, fez novos amigos, fui convidada para participar de algumas reuniões, os musicais e demais apresentações são maravilhosos, o ambiente atrai e cativa tanto as crianças quanto os adolescentes”(E.R.G. mãe de aluno); “Cursos bons e gratuitos, atendimento às necessidades individuais dos alunos, alimentação balanceada e atividades com psicólogo” (N.R. mãe de aluno); “Aprendizado e desenvolvimento físico com as oficinas de patinação e artes circenses” (S.W. mãe de aluno); “O Centro Juvenil até o momento está muito bom, sempre inovando, espero que continue com práticas novas” (E.Z. mãe de aluno)

Observamos a participação e o reconhecimento dos pais (questionários respondidos) para com as atividades do CJPLR. Em maior número, foram citados aspectos positivos e algumas sugestões mencionadas para melhorar as ações do CJPLR.

A educação não formal forma o indivíduo para a vida, retirando-o, muitas vezes, das ruas, das drogas, dos furtos e roubos, da prostituição e do próprio ócio e, ainda, resgata a autoestima, munindo-o de condições para desenvolver sentimentos de autovalorização. Os autores mencionam ainda que os indivíduos que fazem parte desse processo conseguem ter uma educação mais significativa, pois está voltada para o conhecimento da sua própria prática, leva o educando a ler seu cotidiano de maneira crítica e possibilitando um observar diferente quanto ao mundo que o cerca.

Quanto a Proposta Político-pedagógica (2001) do CJPLR, cita Saviani (1991) ao fazer referência à necessidade de educar para formar o homem, que o trabalho educativo é como o ato de produzir, direta ou intencionalmente em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos homens. Na PPP, entre outros objetivos, está a proteção, educação e desenvolvimento integral da criança e do adolescente em sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento. Assim, compreendemos que a prática educativa não formal,

observada nas atividades do CJPLR, de fato contribui positivamente no desenvolvimento de crianças e/ou adolescentes matriculados na instituição.

A Proposta Político-pedagógica (2001) questiona em seu texto a visão tradicional dos programas assistenciais e propõe-se a procurar superação da ação compensatória que fundamenta a maioria das propostas vigentes, em referência ao projeto social de educação informal. Pretendemos levar ao conhecimento institucional nossa observação quanto à confusão conceitual para modalidade de educação informal citada na Proposta Político-pedagógica (2001) bem como sugerir à Secretaria Municipal de Educação a revisão do Plano Municipal de Educação (2015), pois não faz referência ao Centro Juvenil Padre Ludovico Redin como modalidade de educação

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa chega ao final e não enxergamos seu encerramento, pois, em cada tópico desenvolvido, em cada capítulo encerrado, vislumbramos novas possibilidades de aprofundamento de estudo e pesquisa. No entanto, no desenvolvimento desta pesquisa, atingimos o objetivo principal de averiguar e registrar as relações existentes entre a proposta educativa em educação não formal e a prática educativa do CJPLR.

Nesta investigação, entendemos o que é educação não formal a partir do estudo e descrição das atividades práticas do CJPLR, observamos ações acontecerem independentemente do estabelecimento adequado de alguma terminologia. Compreensão esta que não deve ser delimitada por uma série de atividades, mas pelo entendimento das propostas e campo de atuação da educação não formal.

A pesquisa desenvolvida proporcionou entendimento quanto às propostas alternativas em educação, ou seja, de modo mais abrangente a educação pode ser considerada formal, informal e não formal, pois abrange todos os processos de formação do indivíduo e observados nos mais variados ambientes sociais. Afirma Brandão (2007) que as modalidades de educação informal, formal e não formal são práticas educativas, mesmo que realizadas fora do contexto escolar, como no caso da informal e não formal. Para o autor, a prática educativa compreende todo fato, influência, ação, processo que intervêm na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social, portanto, elucidar quanto às práticas educativas seria possível na modalidade de educação formal.

Compreendemos a modalidade de educação não formal como proposta distinta, no entanto constantemente em interface com a informal e principalmente a formal. Destacamos as atividades desenvolvidas na modalidade de educação não formal, que acontecem em espaços não escolares, nas mais diversas possibilidades, pressupondo intencionalidade e flexibilidade ao estabelecer conteúdos que são organizados segundo os objetivos de um determinado grupo.

Observamos, na pesquisa desenvolvida, que as atenções sempre estiveram concentradas na educação formal. Estudos e pesquisas aparecem com maior frequência a partir dos anos de 1980, com maior destaque a partir dos anos 1990, fato que justifica o número de possibilidades quanto às pesquisas em educação não formal. O número de pesquisas científicas em educação não formal já é significativo, no entanto, observamos a

necessidade de divulgação destas, pois são capazes de propor reflexão e entendimento quanto à modalidade em estudo.

Gohn (1999) define a educação não formal como um espaço concreto de formação com aprendizagem de saberes para a vida em coletivo. Tal formação envolve aprendizagens tanto de ordem subjetiva ao plano emocional e no cognitivo das pessoas, como aprendizagem de habilidades corporais, técnicas, manuais, entre outras, que as capacitam para o desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando num produto do trabalho realizado.

Dos depoimentos observados nos questionários, verificamos contribuições no desenvolvimento de crianças e adolescentes, proporcionadas pela prática educativa do CJPLR. Como possibilidade no desenvolvimento de crianças e adolescentes, Caro e Guzzo (2004) destacam que a educação não formal começa a despontar como alternativa de transformação e de atuação para uma parte da sociedade, discriminada e excluída das decisões de poder, da política e da economia. O ambiente não formal e as mensagens veiculadas possibilitam a curiosidade de aprender determinados conteúdos. O ambiente social criado também é outra atração, merecendo destaque a relação educação e educando que favorece maior espontaneidade, expressão de sentimentos e emoções.

Observamos que a educação não formal – quando acionada em processos sociais, desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente – possibilita a inclusão social no resgate da riqueza cultural daquelas pessoas.

Compreendemos que a formação integral se tece por meio de uma articulação completa entre saberes e práticas educativas, com objetivos de desenvolver nos indivíduos aptidões e competências emocionais, sociais e educacionais. Desse modo, as modalidades de educação formal, informal e não formal, quando integralizadas, permite o desenvolvimento e formação humana.

A educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, assim, um tipo de educação que não era muito privilegiada começa a despontar como alternativa de transformação e de atuação.

Assim, encerramos diante da necessidade, em divulgar os resultados desta pesquisa, no contexto em que foi desenvolvida, capaz de proporcionar para os sujeitos envolvidos, o entendimento e a compreensão do que vem a ser a modalidade de educação não formal bem como sua relação com a prática educativa do CJPLR e sua importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Quanto às possibilidades de pesquisa, que por vezes impossibilitaram vislumbrar seu encerramento, deixamos enquanto perspectiva principal o desenvolvimento de pesquisa quanto à formação dos professores e/ou educadores na modalidade de educação não formal.

Gohn (2010) menciona que no Brasil a modalidade educativa não formal, admite presença de um educador sem formação superior, que orienta as atividades de ordem lúdica e esportiva, psicossocial e de cidadania, assim também no CJPLR. Afirma também que, falta na educação não formal: - formação específica a educadores a partir da definição de seu papel e atividades a realizar; - definição de funções e objetivos; - sistematização das metodologias utilizadas no cotidiano; - construção de instrumentos metodológicos para avaliação, acompanhamento e análise do trabalho realizado; - sistematização das formas de aprendizado gerada pela vontade do receptor e mapeamento das formas de educação não formal na autoaprendizagem dos cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília,** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIl. Constituição Federal. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº 01/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1. p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação. **Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CARO, Sueli Maria Pessagno; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação social e psicologia.** Campinas, Alínea, 2004.

CENDALES, Lola; e MARIÑO, Germán. **Educação não-formal e educação popular.** São Paulo, Loyola, 2006.

COOMBS, P. H. **Como planificar la educación no formal.** Buenos Aires: Guadalupe, 1976.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948.

FERNANDES, Renata Sieiro. **Palavras-chave em Educação não-formal.** Ed. Setembro, Campinas – SP, 2007, p.85.

_____. Renata Sieiro. Educação não formal: campo de/em formação. RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 05, n. 13, p. 14-28, jan/set. 2006 – ISSN 1519-0919.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
_____. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** 9. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHANEM, Elie & TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos**.** São Paulo: Summus, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**.** São Paulo, RAE – **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
_____. **Educação não-formal no Brasil: anos 90.** São Paulo: Cidadania, 1997.
_____. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor**.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
_____. **Educação não formal e o educador social.** São Paulo, Cortez, 2010

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NAKASHATO, Guilherme. **A educação não formal como campo de estágio:** contribuições na formação inicial do arte/educador**.** São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

NEIS, Renato Álvaro. **Realeza – Paraná: Origens e formação do município.** 2. ed. Francisco Beltrão, PR: Editora Berzon, 1995.

PARK, Brandini Margareth, FERNANDES, Renata Sieiro & CARNICIEL, Amarildo. **Palavras-chave em educação não-formal.** Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2007.

PARK, Brandini Margareth & FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.** Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA. **Centro Juvenil Padre Ludovico Redin.** Realeza – Paraná, 2001.

REVISTA CAVANIS. **40 anos da presença e missão Cavanis em Realeza – Paraná.** Edição comemorativa, Realeza - Paraná, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Educação do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.
_____. Entrevista: "A educação fora da escola". **Revista de Ciências da Educação**, UNISAL, p. 17-27, Americana/SP, 1º semestre/2009.
_____. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SECRETARIA MUNICIPA DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação.** Prefeitura Municipal de Realeza – Paraná, 2015.

VERCIELLI, Ligia A. **Educação não formal: campos de atuação.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

_____. **O desenvolvimento da psicologia na infância.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Psicologia e pedagogia.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICE 01

Entrevista semiestruturada 01 – Coordenadora do CJPLR

1) O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin possui uma Proposta Político Pedagógica? Ela é de acesso ao estudo e consulta?
2) O CJPLR possui uma coordenadora local? Responde a alguma secretaria da municipalidade? Qual a participação da Igreja e outras entidades?
3) Observamos que a PPP foi elaborada mencionando tratar-se de um programa de educação informal; quais são os critérios para essa definição? Quais seus conhecimentos quanto às modalidades de educação informal e não formal?
4) Uma vez que observamos tendência institucional para atividades artísticas, quais os critérios utilizados na escolha das oficinas?
5) Quanto às crianças/adolescentes e profissionais, qual terminologia utilizada, aluno, professor, monitor? Quem desenvolve as atividades e como são divididas?
6) Qual a composição do atual quadro de funcionários?
7) Quanto aos figurinos e cenários das apresentações, quem os confecciona?
8) Como surgiu o primeiro musical, no ano de 2012, "O Rei Leão"? Quem é o responsável pelos musicais?
9) Quais os critérios para escolha do musical e personagens (alunos que farão os papéis)?
10) Quem participa dos musicais? Onde e como acontecem os ensaios?
11) Quais os musicais apresentados até o momento? No ano de 2014? E perspectiva para 2015?
12) Quais as contribuições possíveis dos musicais no desenvolvimento dos adolescentes?
13) Diante da oferta de oficinas e atividades, quais os critérios para participação das crianças e adolescentes?
14) Quais as demais oficinas e/ou projetos? Objetivos? E profissional responsável? No ano de 2014, houve apresentações ou atividades destas oficinas? Quais?
15) Quantos e qual o perfil dos alunos matriculados no CJPLR no ano de 2015? Como se dá essa matricula?

APÊNDICE 02

Entrevista semiestruturada 02 – Secretária de Educação

1) O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin é um projeto social ou educacional?
2) Considerando-o como projeto educacional, em estudo do Plano Municipal de Educação não observamos a instituição ser mencionada? Por quê?
3) O Centro Juvenil Padre Ludovico Redin é de responsabilidade da municipalidade? Trata-se de uma instituição governamental ou entidade?
4) Quem compõe a diretoria do CJPLR?
5) Quais os critérios na escolha dos profissionais do CJPLR?
6) Qual o perfil dos alunos matriculados no CJPLR? Existe alguma especificidade? O aluno pode participar por quanto tempo?
7) Quanto às despesas com os musicais e oficinas, qual a participação da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação?
8) Os alunos que participam da oficina de patinação, e para este ano de sapateado, recebem da Secretaria de Educação o patins e o calçado específico para sapateado?
9) Esse material (figurinos, roupa, calçados e patins) fica com o aluno ou é acervo do CJPLR?
10) As apresentações a serem realizadas precisam da autorização da Secretaria de Educação? E se houver necessidade de apresentações fora da municipalidade, o custeio também fica sob a responsabilidade desta secretaria?

APÊNDICE 03

Entrevista semiestruturada 03 - Psicólogo

1) Qual sua participação profissional no CJPLR?
2) Quais os fatores foram considerados para que houvesse parceria entre as Secretarias de Assistência Social e de Educação, disponibilizando então de seu profissional de psicologia para coordenação e orientação de projetos no CJPLR?
3) Que projetos por você desenvolvidos, seus objetivos e clientela?
4) Quais e como são distribuídas as atividades de cada projeto? Que fatores são considerados na escolha dos temas das atividades?
5) Quais os critérios utilizados na escolha das instituições a serem visitadas no Projeto OVP?
6) Quais os resultados esperados e alcançados através dos projetos? No ano de 2014, quais foram as atividades e expectativas para 2015?

APÊNDICE 04

Questionário 01 – Alunos

1) Nome: _____
2) Data de Nascimento: _____/_____/_____ idade: _____
3) Nome dos pais: _____
4) Número de irmãos (desses algum frequenta também o Centro Juvenil)?_____
5) Escola e série que estuda: _____
6) Quais os motivos que levaram você a matricular-se no Centro Juvenil? (pode assinalar mais de uma opção).
   ( ) ocupar o tempo
   ( ) aprender dança, música, teatro, entre outros.
   ( ) algum amigo o/a convidou
   ( ) seus pais decidiram
   ( ) desenvolver-se enquanto indivíduo através do aprendizado das oficinas e projetos
   ( ) conviver com outros adolescentes
   ( ) fazer novas amizades
   ( ) outros? (nesse caso especifique) Qual? _____
   _____
7) Com quantos anos você começou a frequentar o Centro Juvenil? _____
   _____
8) Há quantos anos você está frequentando o Centro Juvenil? _____
   _____
9) Você frequentou o Centro Juvenil no ano de 2014? ( ) sim ( ) não
10) De quais atividades/oficinas/projeto você participou no ano de 2014? _____
    _____
    _____
11) No ano de 2015, em quais oficinas/atividades/projeto está participando/
    _____
    _____
12) Quais os aprendizados que você adquiriu com as atividades no ano de 2014 (musicais, oficinas, projeto Orientação Vocacional e Profissional e Prevenção nas escolas)?
    _____

_____

_____

13) Se você não estivesse frequentando o Centro Juvenil, com o que ocuparia seu tempo?

_____

_____

_____

14) O que mudou em você e/ou na sua vida com sua participação no Centro Juvenil?

_____

_____

_____

15) Quais os destaques que você faz quanto às atividades do CJPLR, para contribuição no seu desenvolvimento? _____

_____

_____

_____

APÊNDICE 05

Questionário 2 – Pais/responsáveis

1) Nome: _____
2) Filho (a) que está no Centro Juvenil: _____

   _____
3) Há quanto tempo seu (sua) filho (a) está no Centro Juvenil? _____

   _____
4) Há mais de um (a) filho (a) matriculado no Centro Juvenil? Por quais motivos? _____

   _____
5) Que motivos o levaram a matricular seu (sua) filho (a) no Centro Juvenil? (pode ser respondido mais de uma alternativa):

   ( ) não tinha com quem deixar no período além da escola;

   ( ) ele (a) me pediu para participar;

   ( ) os cuidados e o aprendizado dispensado pela instituição;

   ( ) mantê-lo (a) ocupado e aprendendo alguma atividade;

   ( ) para que não ficasse na rua, em más companhias;

   ( ) assisti algumas apresentações (musicais, patinação e artes circenses), gostaria que ele (a) filho (a) aprendesse;

   ( ) outros, quais? _____

   _____

   _____
6) Quanto ao desenvolvimento do seu filho (a), antes de frequentar o Centro Juvenil:

   ( ) sempre teve boas notas;

   ( ) sempre fez e manteve suas amizades;

   ( ) é uma criança e/ou adolescente responsável e participativo nas atividades familiares;

   ( ) suas notas eram baixas e frequentemente tinha problemas com o comportamento na escola e fora dela;

   ( ) dificuldades em fazer amigos.

   Outras características: _____

   _____

   _____

7) Como você avalia o desenvolvimento de seu (sua) filho (a), após a participação no Centro Juvenil?

Quanto ao desempenho escolar: _____

Quanto ao comportamento: _____

Quanto às relações familiares: _____

Quanto ao relacionamento com amigos: _____

Quanto aos aspectos físicos: _____

Outros: _____

_____

_____

8) Qual sua participação no Centro Juvenil?

( ) procura sempre que possível a instituição para saber sobre seu filho (a)

( ) não procura, sabe que está bem cuidado, quando precisam entram em contato com você

( ) conversa sobre o que aprenderam durante o dia, semana, mês.

( ) vai a todas as apresentações

( ) quando não assiste apresentação, pede fotos, vídeos, entre outras formas para saber como foi.

( ) outros: _____

_____

_____

9) Tem conhecimento quanto a Proposta Político Pedagógica que norteia o trabalho educativo no Centro Juvenil? _____

_____

10) Breves apontamentos quanto aos aspectos positivos e negativos na sua avaliação do Centro Juvenil: o que oferecem e como poderiam melhorar para contribuírem no desenvolvimento das crianças e adolescentes? _____

_____

_____

_____

APÊNDICE 06

Entrevista 04 – Professores/profissionais

1) Nome: _____
2) Profissão/função exercida no Centro Juvenil e tempo de atuação: _____
3) Que fatores levaram você a trabalhar no Centro Juvenil? _____ _____
4) Qual importância da proposta educativa do Centro Juvenil na formação dos adolescentes? _____ _____ _____
5) Em particular têm algum (uns) adolescente (s) com quem trabalhou que evidenciaram de fato um desenvolvimento positivo (mudanças no comportamento e formação)? Descreva o caso (não há necessidade em citar o nome do adolescente): _____ _____ _____ _____
6) Conhece a Proposta Político Pedagógica da instituição? ( ) sim ( ) não
7) O Centro Juvenil, na sua opinião, trata-se de:
   ( ) um projeto social
   ( ) um projeto educativo
   ( ) um projeto socioeducativo
   ( ) uma entidade
   ( ) uma ONG (Organização Não Governamental)
8) A prática educativa desenvolvida através das atividades no Centro Juvenil, são propostas de:
   ( ) educação formal
   ( ) educação informal
   ( ) educação não formal
9) Já ouviu falar na modalidade de educação não formal? ( ) sim ( ) não
10) O que sabe a respeito dessa modalidade de educação: _____ _____

APÊNDICE 07

Autorização para uso imagens (fotos) arquivo pessoal

Eu, Gilvane Danieli coordenadora do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin, autorizo o uso das imagens do acervo próprio da instituição. As mesmas são utilizadas para divulgação das apresentações e atividades, desenvolvidas no CJPLR, enquanto material publicitário. Ciente de que, irão compor pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação – Campus Francisco Beltrão.

Realeza, 15 de Dezembro de 2015.

Gilvane Danieli

Coordenadora do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin